



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEANA MARIA MENDES SEMEDO

**Tema: Empreendedorismo em Cabo Verde “O papel do
Estado na promoção da cultura empreendedora”**

**REDENÇÃO-CE-BRASIL
2018**

LEANA MARIA MENDES SEMEDO

Monografia apresentada no curso de Administração Pública, presencial, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Luis Miguel Dias Caetano

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2018

Leana Maria Mendes Semedo

**TEMA: EMPREENDEDORISMO EM CABO VERDE- "O PAPEL DO ESTADO
NA PROMOÇÃO DA CULTURA EMPREENDEDORA "**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em
Administração Pública na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira.

Data: ____/____/2018

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano

Orientador Unilab

Profa. Dra. Maria, do Rosário de Fátima Portela Cysne

Membro Unilab

Profa. Dra. Andréa Yumi Sugishita Kanikadan

Membro Unilab

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Domingos Correia Semedo e Joana Monteiro Mendes, a eles além da dedicatória desta conquista dedico a minha vida. Este trabalho também é dedicado aos meus irmãos/irmã e a toda minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, sua misericórdia, benção, amor e saúde que me oferece em cada dia e durante a elaboração deste trabalho. Agradeço a força de Nossa Senhora Santa Rita de Cássia, como mãe mediadora, protetora que me adotou desde que cheguei no Brasil, sempre me escuta no momento que necessito, a inteligência de pensar, e me guiar no processo da escrita para conclusão deste trabalho.

Aos meus pais Domingos Correia Semedo e Joana Monteiro Mendes que com toda humildade e simplicidade ensinou-me a ser uma pessoa decente a respeitar e buscar meus sonhos de forma honesta ainda que seja com muito trabalho, mas sem nunca passar por cima de nenhum semelhante. Agradeço pela confiança depositada em mim, pelo amor, carinho e apoio que sempre me deram. Sei que não mediram esforço para que este sonho se realizasse, sem a compreensão deles nada disso seria possível hoje. A eles além de agradecimento e dedicatória desta conquista, dedico a minha vida

Aos meus irmãos e irmã, Orlando Semedo, José Domingos Mendes Semedo, José Emanuel Mendes Semedo, João José Mendes Semedo, José Cursinho Mendes Semedo, José Bernaldino Mendes Semedo, José Joaquim Mendes Semedo, Maria Joana Mendes Semedo pela inspiração, incentivo, apoio, e toda confiança depositada em mim. Pelos momentos de minha ausência dedicada ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente.

Agradeço também à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) com apoio do Ministério da Educação do Estado Brasileiro, juntos com suas instituições de ensino em diversos setores na oferta do ensino superior público de qualidade. Esse agradecimento também se refere a Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ISCA), do Curso de Administração Pública presencial, todos os professores e professoras pelo ensinamento no meu percurso acadêmico, aos técnicos administrativos, trabalhadores terceirizados e as pessoas de limpeza que dedicam seu apoio na melhoria das condições de atividades acadêmicas.

Ao meu Orientador Professor Dr. Luís Miguel Dias Caetano por aceitar esse desafio de trabalhar comigo e toda a paciência e atenção que me deu durante o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço de modo particular a minha Professora e grande amiga Dr^a Rosalina Semedo de Andrade Tavares pelo apoio, incentivo, amizade e companheirismo durante todo esse percurso, deixo a minha gratidão e reconhecimento profundo a esta grande mulher.

A todas instituições caboverdianas e pessoas entrevistadas que participaram e colaboraram na realização deste trabalho.

A todos os meus sobrinhos/sobrinhas as minhas cunhadas/cunhado e toda minha família em geral pelo amor, incentivos, sou quem sou porque vocês estiveram e estão sempre ao meu lado.

Ao Benvindo dos Santos da Cruz, por todo apoio, incentivo, paciência. Talvez não existam palavras suficientes e significativas que me permitam agradecer lhe com o devido merecimento. Sua ajuda, apoio forças, incentivo paciência, foram muito importantes para mim, e nunca vou esquecer tudo que você fez por mim. Muito obrigado! A minha gratidão é eterna.

Ao Bibiano Luís Djú que disponibilizou todo seu tempo, dedicação paciência, a orientação incansável e o empenho que teve durante a elaboração deste trabalho, expressei o meu maior agradecimento. Ao Osvaldino Lima pelo seu grande contributo e apoio durante a concretização deste trabalho.

Agradeço a todas as minhas atuais e antigas colegas de casa, todos os colegas da faculdade, todos os amigos que o destino me presenteou durante estes anos como universitária o meu muito obrigada por fazerem parte da minha vida.

A todos os meus amigos/amigas que participaram durante esta longa caminhada, os que estiveram sempre ao meu lado, na realização deste trabalho, obrigada por cada palavra de força, por sempre acreditarem nas minhas capacidades e por não me deixarem desistir.

A todas as pessoas que não mencionei, mas que fizeram parte do meu percurso e todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação o meu muito obrigada.

***O choro pode durar uma noite,
mas a alegria vem pela manhã.***

(Sl30.5)

Resumo: O apoio ao desenvolvimento de empreendedorismo em Cabo Verde tem focado essencialmente no apoio de Micro, Pequenas e Médias Empresas, nas quais se concentra maior atividade empreendedora. De acordo com os Documentos de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP II e III), o governo de Cabo Verde elegeu o investimento privado como o motor principal do desenvolvimento económico do país. Este trabalho tem como o principal objetivo diagnosticar o papel do Estado cabo-verdiano na promoção do empreendedorismo. Para isso fizemos uma análise baseada nas seguintes questões: Quais motivos levaram você a tornar-se empreendedor? Quais são as dificuldades enfrentados? Por que foram à procura de apoios institucionais? O nosso roteiro de pesquisa é constituído por um conjunto de elementos, que serviram como mentor da nossa investigação, tais como a idade, grau de escolaridade, o sexo, estado civil, e experiência profissional. Os resultados obtidos indicam que o governo cabo verdiano tem contribuído muito na promoção do empreendedorismo, tendo em conta inúmeros programas de incentivo ao empreendedorismo.

Palavras chaves: Empreendedorismo, Cabo-Verde, Apoios Institucionais.

Abstrat: Support for the development of business in Cape Verde has focused mainly on the support of Micro, Small and Medium Enterprises, in which, as a rule, greater entrepreneurial activity is concentrated. According to the Growth and Poverty Reduction Strategy Papers (DECRP II and III), the Cape Verdean government chose private investment as the main engine of the country's economic development. This work aimed to diagnose the role of the Cape Verdean State in the promotion of entrepreneurship. For this we did an analysis based on the following questions: What motivated to create company? What are the difficulties faced? Why have you been looking for institutional help? Our research guide consists of a set of elements that served as a mentor to our research, such as age, educational level, sex, marital status, and professional experience. The results indicate that the Cape Verdean government has contributed a lot in the promotion of entrepreneurship, taking into account innumerable incentive programs for entrepreneurship.

Key-words: Entrepreneurship, Cape Verde, Institutional Support.

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1. Discussões teóricas sobre o empreendedorismo	
1.1. Em torno do conceito.....	14
1.2. Tipos de empreendedorismo.....	16
1.3. A relevância do empreendedorismo para o desenvolvimento económico e social..	18
1.4. Empreendedorismo inovação	20
1.5. Fatores que influenciam o empreendedorismo	21
1.6 Os fatores sócios demográficos.....	23
1.7 As motivações para empreender	25
Capítulo 2. O Empreendedorismo no Setor Público	
2.1. Conceito de Empreendedorismo Público.....	26
2.2. Políticas de empreendedorismo.....	30
2.3 A Ação Empreendedora no Setor Público.....	34
2.4. Empreendedorismo em Organizações Públicas.....	38
Capítulo 3. O empreendedorismo em Cabo Verde: estatísticas, estudos e políticas	
3.1. Caraterização do país.....	40
3.2. O tecido empresarial cabo-verdiano	47
3.3. Estudos sobre a atividade empreendedora em Cabo Verde	49
3.4. Políticas e programas de incentivo ao empreendedorismo em Cabo Verde.....	54
Capítulo 4. Metodologia da investigação	
4.1. Modelo de estudo	62
4.2 Recolha de dados: técnicas e procedimentos	64
4.3 Tratamento de dados	66
Capítulo 5	
5.1 Análise e Discussão dos resultados.....	68
Conclusão	76
Referências Bibliográficas	77

LISTA DE ABREVIATURAS / SIGLAS

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR

N.E – NORDESTE

ZEE- ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA

PAICV – PARTIDO AFRICANO PARA INDEPENDENCIA CABO VERDE

MPD – MOVIMENTO PARA A DEMOCRACIA

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

IDE – INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO

PIP – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PUBLICOS

BAD – BANCO AFRICANO DE INVESTIMENTO

PEA – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

RE – RECENSEAMENTO EMPRESARIAL

IAE – INQUÉRIO ANUAL AS EMPRESAS

PME – PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

DECRP – DOCUMENTOS DE ESTRATEGIA DE CRESCIMENTO E DE REDUÇÃO DA POBREZA

BM – BANCO MUNDIAL

ADEI – AGÊNCIA DE DESEOLVIMENTO EMPRESARIAL E INOVAÇÃO

IEFP – INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

MPME - MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

MESCI – MINISTERIO DO ENSINO SUPERIOR CIÊNCIA E INOVAÇÃO

GEW – SEMANA GLOBAL DO EMPRENDEDORISMO

REMPE – REGIME ESPECIAL DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

AJEC – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESARIOS DE CABO VERDE

BIC – CENTRO DE INCUBAÇÃO EMPRESARIAL

ISCEE – INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS ECONOMICAS E EMPRESARIAIS

CCISS – CÂMARA DE COMERCIO, INDUSTRIA E SERVIÇOS DE SOTAVENTO

UNICV – UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

UNUPIAGET – UNIVERSIDADE JEAN PIAGET

US – UNIVERSIDADE DE SANTIAGO

OMCV – ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE CABO VERDE

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O processo de empreendedor

Figura 2:

Figura 3: Categorias Estruturais da Ação Empreendedora

Figura 4: Localização de Cabo Verde

Figura 5: Crescimento real do PIB

Figura 6: Evento realizado pela empresa

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Taxonomias da Inovação

Quadro 2: Resumo dos Fatores

Quadro 3: Diferenças entre Empreendedorismo no setor público e no setor privado

Quadro 4: Exemplos de políticas, segundo a categoria de classificação

Quadro 5: Categorias e Elementos de Análise

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Evolução da População

Tabela 2: Indicadores Macroeconómicos

1. **Introdução:**

O presente trabalho tem como tema principal Empreendedorismo em Cabo Verde “O papel do Estado na promoção da cultura empreendedora. Esta pesquisa surge do interesse pessoal, levando em conta a sua grande relevância para Cabo Verde e também para o mundo. Um outro aspecto que chamou muito atenção para a escolha do tema, é a escassez do estudo sobre atividade empreendedora em Cabo Verde, especialmente quando o Estado é o principal objeto da pesquisa. Atendendo a abordagem do contexto, esta pesquisa é muito inovadora, sobretudo no que diz respeito ao papel do Estado na promoção da cultura empreendedora, como também considerando a perspectiva das Políticas e programas de incentivo que as instituições cabo-verdianas oferecem na área do empreendedorismo. Esta pesquisa apresenta traços pertinentes ao nível das políticas e programas presentes e dos mecanismos a aplicar para o desenvolvimento do empreendedorismo; realizar mais estudos relacionado ao tema; demonstrar a importância do aperfeiçoamento das habilidades empreendedoras para as instituições de ensino; ressaltar a concepção e a participação dos jovens para melhoramento das atividades das organizações que trabalham nesse campo. Por outro lado, os jovens adquirem conhecimento de como recorrer as instituições de financiamentos tais como, o papel dos programas institucionais na criação e desenvolvimento de seus negócios, os obstáculos que muitos enfrentam na formação das suas empresas.

Este trabalho está subdividido em cinco capítulos. O primeiro e o segundo capítulo retratam a parte teórica do tema e aborda alguns dos principais conceitos relacionado ao empreendedorismo, destacando também o empreendedorismo público na qual permitiu-nos apresentar pontos importantes referentes ao empreendedorismo no setor público. O terceiro, quarto e quinto capítulos consistem numa series de estudo de políticas e programas que desenvolvem atividades empreendedoras em Cabo Verde. Nesses três capítulos buscamos também determinar o referencial teórico do trabalho que possibilitou recolher dados para determinar hipótese.

CAPÍTULO 1.

Discussões teóricas sobre o empreendedorismo.

No presente capítulo abordaremos os conceitos de empreendedorismo, o modo como o termo é exercido, e debate as questões relacionadas à figura de quem empreende. Pretendemos também discorrer sobre os diversos tipos de empreendedorismo e a sua relevância na contemporaneidade, bem como os fatores que influenciam a constituição de uma empresa.

1.1 Empreendedorismo - O seu conceito

O empreendedorismo vem ganhando relevância não só no setor privado mais também para o setor público. Começou a ser causa de exploração de diferentes autores nomeadamente Joseph Schumpeter, Paiva Jr. e Cordeiro (2002), Peter Drucker, David McClelland, Adam Smith, Howard Stevenson, Jean-Baptiste Say até mesmo como fenômeno globalizado. Paiva Jr. (2004), destaca empreendedorismo como algo novo e diferente, mas também ele mostra que empreendedorismo surge como um caminho a ser ofertado para a geração de empregos, contribuindo para a diminuição do índice de mortalidade das pequenas empresas e para o desenvolvimento local.

Contudo, a procura por um conceito de empreendedorismo aponta como desafio acadêmico da qual encontra-se inúmeros termos com diferentes perspectivas e as concepções, genéricas e ambíguas resultam da polissemia do termo (PAIVA Jr, 2004).

Esta ótica esclarece o obstáculo de abranger uma explicação ampla da expressão empreendedorismo, para além de mostrar a fragilidade e um discurso dominante (PAIVA Jr; ALMEIDA; GUERRA, 2008 e OGBOR, 2000).

A palavra empreendedorismo é relacionada a polissemia, porém consegue entendida quando percebermos o fato dos conceitos serem propostas por investigador de diversos campos de conhecimentos, em que se baseiam nos modelos da sua esfera disciplinar para criação de uma definição (Paiva Jr, 2004).

Para os especialistas da área o empreendedorismo não pode ser encerrado em significado universal, visto que, representa a multiplicidade do fenômeno. O emprego do conceito multidimensional que abrange o empreendedor, a organização e o ambiente, justifica por retratar uma visão mais desenvolvida do conteúdo e por negar ao modelo simplicista (reducionista) de percepção do fenômeno somente como mecanismo de abertura de empresa ou de interferência em seu exercício funcional apenas durante a primeira fase da sua existência (DANJOU, 2002).

O relevo dos padrões comportamentais do empreendedor implicitamente propõe que a saída do desemprego passa a ser de responsabilidade própria, compete as pessoas se adaptarem ao mercado, aperfeiçoando seu “talentos” e capacidade para tornar-se empregado ou gerar oportunidades de “ empresariar a si mesmo”. Como resultado, a representação do homem de sucesso é vista como triunfo do empreendedor no discurso predominante, de tal modo que grupos minoritários, como as mulheres, os negros, os homossexuais e as comunidades de altas vulnerabilidades social, encaram uma categoria de maior dificuldade para desenvolver práticas produtivas e inovadoras de empreendimentos (OGBOR,2000).

No âmbito da esfera do empreendedorismo estudos críticos tencionam denunciar o questionamento extremamente racionalista e atomístico atribuído ao conteúdo e renunciar as grandes narrativas tomadas como naturais e que exercem certa legitimação na cultura ocidental contemporânea, marcada por exclusão e desigualdade socioeconômica (Paiva Jr, Guerra, 2010). A percepção exclusiva relacionada ao tema enfraquece a sua potencialidade com intuito de contribuir para o desenvolvimento local e para emancipação de grupos sociais periféricos. Desse modo, salienta a compreensão do empreendedor humanizado como aquele capaz de envolver seu empreendimento com o contexto, contribuindo e dimensionando uma realidade de cooperação e confiança com seus pares (PAIVA JR. ALMEIDA; GUERRA, 2008).

Ora, a heterogeneidade da ação empreendedora não concede que assunto seja tratado com profundidade quando as opiniões são subdivididas, determinista e histórica da ação humana, age unicamente pela racionalidade instrumental nem vive dissociado ao seu contexto cultural (PAIVA JR, GUERRA, 2010).

Na concepção de Dodd (2007) conceber o empreendedor atomizado e isolado como agente de mudanças significativa ignorar o meio que gera suporte e dirige a produção e acolhimento do processo empreendedor.

O Olhar multidimensional do fenômeno empreendedor tem recebido certa atenção, não apenas devido as limitações e dificuldades metodológicas inerentes ao tratamento isolado das abordagens das trações e da orientação de comportamentos e de processos (VERSTRAETE, 2001, DANJOU, 2002), como também devido a tentativa de destacar as especificidades das práticas empreendedoras locais e sua relação com contexto sociocultural (JULIEN, 2010).

A reflexão do território para subverter o paradigma dominante de empreendedorismo criado para ser, no seu sentido indiferente ao meio (milieu) onde está inserido. A contestação acerca do território valoriza a disparidade dos indivíduos, dos ambientes socioeconômicos, das formas organizacionais e do tempo, ajudando assim para desagregar abordagens teóricas universalizantes acerca do assunto Julien (2010).

Numa perspectiva sistemática Verstraete (2001) alega que análise do empreendedorismo requer a integração de 3 níveis: o empreendedorismo como fenômeno, o empreendedor como ator, e a organização impulsionada pelo ator empreendedor. Na correlação destes níveis, três dimensões indissociáveis e irreduzíveis surgem como base conceituais para dar consciência ao modelo: a dimensão cognitiva a dimensão praxiológica e a dimensão estrutural. Essas dimensões formam as condições para a manifestação da visão empreendedora e para apreciação de sua estrutura no meio ambiente.

Nessa visão empreendedora é entendido como gerador de organizações e o empreendedorismo como resultado a relação retórica empreendedor- organização, agente-estrutura (PAIVA Jr, GUERRA, 2010).

1.2. Tipos de Empreendedorismo

Qualquer pessoa pode ser um empreendedor independente de sua característica. O empreendedorismo se encontra em diversos setores da vida humana, empreendedorismo na educação, política, arte, tecnologia, empreendedorismo cultural etc. Os empreendedores podem ser muito diversificados um dos outros, desse modo podemos identificá-los em diversos tipos de empreendedores. Entretanto, demonstra que qualquer indivíduo pode ser empreendedor independentemente de suas peculiaridades Carvalho (2012).

A tipologia de modelos de empreendedorismo compreendendo entre o capitalista, o social e o coletivo. Os empreendedorismos coletivos e sociais contêm como agente o homem ou a sociedade. Embora, mantêm princípios comuns, porém as naturezas dos seus propósitos são diferentes. Já o capitalista é específico voltado por uma racionalidade formal (gestionário) (CARVALHO, 2012).

O empreendedorismo coletivo pressupõe empreendimentos de caráter empresarial, porém com caráter coletivo, enquanto que, no empreendedorismo social os empreendimentos são consequência da abrangência social direcionado para o crescimento local (CARVALHO, 2012).

Existem autores que relacionam empreendedorismo social questões como pagamentos de dívidas com clareza, a ousadia das ações que não se restringem recursos existentes, o destaque na geração de valor social e o entendimento de forma coletiva de mudança social conforme um processo sucessivo de inovação, adaptação e aprendizagem (DEES, 2001; HULGÅRD e FERRARINI, 2010). Nesta ótica este tipo de empreendedorismo “situa-se na esfera do preenchimento de franjas não ocupadas nos espaços de sobreposição ou interligação entre a sociedade civil, o Estado e o mercado” (SARAIVA, 2011, p.47).

Escritores apontam que contrário de empreendedorismo social que pode ou não envolver interesses com fins lucrativos, empreendedorismo empresarial tem como finalidade a geração de riquezas e o seu desempenho é mensurado pelo seu lucro. Possui como ponto central a produção de bens e serviços objetivando atender as necessidades dos clientes e aumentar a capacidade do negócio, citada por (CARVALHO,2012, p. 14).

Além dos tipos de empreendedorismo acima supracitados, existe outros tipos de empreendedorismo tais como: O Empreendedor Nato, O Empreendedor que Aprende, O Empreendedor Serial, O Empreendedor Corporativo, O Empreendedor por Necessidade e O Empreendedor Herdeiro.

O empreendedor nato, normalmente é o mais prestigiado. Geralmente iniciam do nada e constroem grandes negócios. Começam muito novo a trabalhar e ganham habilidades de negócios. O autor ressalta que nos países ocidentais, a maior parte desses tipos de empreendedores são emigrantes ou filhos de emigrantes. São sonhadores e dedicam para a realização de seus sonhos, pois são utópicos, e muito otimistas (DORNELAS, 2005, apud SILVA 2014 p.14).

Um outro tipo de empreendedor muito comum é o empreendedor que aprende ou inesperado. Normalmente são pessoas que encontram novas oportunidades de negócio e escolhe mudar o que fazia na vida para dedicar ao próprio negócio. É pessoa que via a alternativa de carreira em grandes empresas como a única possível e nunca pensou em ser empreendedor. A tomada de decisão para a mudança de carreira normalmente não é um uma decisão rápida, mas sim uma decisão demorada, a não ser que já tenha sido despedido.

Já o Empreendedor Serial ou que Cria Novos Negócios, é o tipo que gosta de empresas e ama empreender. Ele quer construir uma grande organização, uma vez que

desempenha capacidade de conseguir meios e pôr a organização em andamento, pois é uma pessoa ativa, otimista, inovadora e competente. Agarra sempre as oportunidades e sente realizado quando as executa-las.

Um outro tipo de empreendedor que tem manifestado muito nos últimos tempos, devido a carência de inovação, renovação e construção de novos negócios nas organizações é o empreendedor corporativo. Em geral são executivos muito eficientes com habilidades administrativas e domínio de ferramentas corporativas. Atuam com objetivo nos resultados para desenvolvimento do campo corporativo. Apresentam técnicas avançadas de negociação. São competentes comunicadores, produzem networking tanto dentro e como fora da organização. Têm um poder persuasivo, uma vez que sabem convencer as pessoas a fazerem parte de seu time e sabem reconhecer o esforço do grupo (DORNELAS, 2005 apud SILVA 2014).

Empreendedor por Necessidade é o empreendedor que cria o próprio negócio por falta de opção, é aquele empreendedor que não tenha entrado no mercado de trabalho ou que foi despedido. Aquele cuja a única opção que o resta é trabalhar por conta própria. Este tipo de empreendedor é um problema para países em desenvolvimento, pois, apesar do empreendimento, procurar o sustento de todas as formas não contribui para o crescimento econômico. Geralmente não têm acesso a ensino, nem condições para empreender estruturadamente. Seus empreendimentos normalmente são muito simples sem inovação, contudo não contribui com imposto, muitas vezes este tipo de empreendimento é um problema social. (DORNELAS, 2005 SILVA 2014).

O empreendedor Herdeiro ou Sucessão Familiar é o empreendedor que tem compromisso de levar adianta a herança da família. O maior desafio desse empreendedor é aumentar o patrimônio recebido. Porém esse fato tem sido cada vez mais difícil. Estes seguem os passos da família de ser empreendedor. Atualmente tem acontecido a capacitação de gerenciamento de empresas familiar através de contratação de executivos de mercado para gerir a empresa.

Em suma, estudada os diferentes tipos de empreendedorismo e realçado alguns trajetos onde esse fato se tem demonstrado, contudo é momento de aperfeiçoar sobre a relevância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico e social.

1.3 A relevância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico e social

A evolução da atividade empreendedora é um fato constatado em diversos países em particular os de economia emergente. Desta forma o empreendedor inovador ressalta como responsável pelo crescimento e desenvolvimento dos meios de produção e das tecnologias do mercado (QUEIROZ MACHADO, 2011).

O empreendedorismo assume como o principal fator econômico para o crescimento de uma sociedade, em razão da sua importância na geração de empregos à introdução de inovação no mercado, a geração de capital e causa o desenvolvimento das economias, é o principal mecanismo para a política econômica do governo (LOUREIRO DA SILVA).

Os Governos estão dedicados no aumento do empreendedorismo tendo em consideração o elevado número de encerramento das empresas e do aumento do desemprego (FERREIRA, SANTOS, & SERRA 2010).

A criação da própria empresa corresponde a uma opção de emprego para uma quantidade cada vez mais significativo de pessoas. As sucessivas mudanças no mundo de trabalho a definição de emprego para toda vida são cada vez mais distanciadas surgindo a ideia da criação da própria empresa como uma possibilidade profissional para diversas pessoas da era atual.

Segundo pesquisas esta é uma realidade mundial (GEM, 2010), mostrando a vontade de tornar-se o próprio patrão, como principal causa para constituição de negócio acreditando no empreendedorismo a porta para uma vida efetiva e autônomo (INE, 2007) (CARVALHO 2012).

Existem situações na qual as pessoas estão desempregadas e não tem nenhum meio de subsistência, por meio de segurança social, de subsídios de desemprego, ou de meios de inserção de desempregados a sua própria fonte de rendimento pode estar dependente da constituição da sua própria empresa (FERREIRA, SANTOS E SERRA, 2010).

Para Gaspar (2009) a escolha pela carreira empreendedor/a depende do proveito que a pessoa aguarda extrair de cada uma das alternativas, ou seja, constituir o seu negócio ou continuar empregado/a. No entanto, Gaspar complementa que esse proveito resulta das recompensas (financeiro e outras) que espera receber dos riscos que vai responsabilizar-se, da dedicação necessitada, da liberdade para a tomada de decisões e das condições de trabalho (Carvalho 2012).

As importâncias do empreendedorismo aparecem também pela sua contribuição para a inovação.

1.4 O empreendedorismo e a Inovação

Encontram diversas definições de Inovação, por esta razão torna-se dificultoso conceitua-lo com persuasão. Mattos Guimarães (2005) argumenta que, apesar da inovação esteja associada a criação de um produto ou desenvolvimento de processos, poderia ser determinada apenas pela substituição de um material por outro, ou pela uma nova forma de negócio e distribuição ou ainda por um serviço novo.

A inovação também é definida como invenção que chegou ao mercado foi comercializada e originou um impacto econômico Utterback (1971). Já Tálamo (2002) corrobora com Utterback (1971) ao mostrar que a inovação compreende a disposição de uma invenção ao consumo em larga escala.

Classificação de Inovação segundo (MATTOS e GUIMARÃES, 2005 apud DE QUEIROZ MACHADO ,2011,9).

- a) inovações incrementais, quando ocorrem pequenas melhorias em um produto ou nos processos;
- b) inovações radicais, quando ocorrem grandes melhorias em um produto, envolvendo nova tecnologia que torna obsoleta a que era anteriormente utilizada;
- c) inovações fundamentais, quando o impacto da inovação possibilita o desenvolvimento de várias outras inovações.

De acordo com Moreira e Queiroz (2007) muitos estudiosos veem desenvolvendo taxonomias da inovação. As taxonomias mais citadas são descritas no Quadro, a seguir:

QUADRO 1

Taxonomias da Inovação

a) “inovações no produto ou nos serviços, que dizem respeito à criação por parte das empresas de novos produtos ou serviços”;

b) “inovações no processo de produção, que consistem na introdução de novos procedimentos, novas formas de produzir sejam na produção física ou nas operações de serviços, representando avanços tecnológicos da empresa”

c) “inovações na estrutura organizacional, que incluem mudanças nas relações de autoridade, nos sistemas de comunicação e são importantes para a competitividade da empresa”

d) “inovações nas pessoas, que estão ligadas as mudanças de comportamento ou crenças das pessoas que compõem a empresa”

e) “inovação tecnológica, que se relacionam às atividades operacionais e podem se referir tanto a produtos quanto a processos”

Nota: Adaptado pelo autor

A inovação pertence a um processo tecnologicamente moderno basicamente aperfeiçoado que abrange a tecnologia de produção moderna ou consideravelmente retificada assim como métodos novos ou substancialmente aprimorados de manuseio (BRITO; BRITO; MORGANTI, 2009). Os autores citados acima declaram que, ainda que os métodos podem compreender modificações nas máquinas e equipamentos e/ou na organização produtiva.

Dado que todo desenvolvimento econômico da atividade empreendedora está associado com a aceleração das modificações tecnológicas e inovação, há de se esperar um fluxo superior das duas atividades, considerando-se o acúmulo de transformações presentemente criada. (FILION, 1999)

Uma vez que um campo que inclui ainda inumeráveis aspetos a serem observados e estudados, a quantidade de pesquisa sobre empreendedorismo e inovação tende a crescer, dominando progressivamente mais campos de estudos. De mesmo modo, o crescimento de estudo já constatado também acompanhado de um desenvolvimento ainda maior na quantidade de novos empreendimentos e de sua contribuição para o crescimento econômico em todo mundo (MOREIRA e QUEIROZ, 2007).

1.5 Fatores que influenciam o empreendedorismo

Escritores apontam uma grande multiplicidade de fatores que levam o empreendedorismo/interesse do empreendedor. Pereira (2001) destaca dois grupos de fatores da qual a união esclarece o propósito de constituir uma empresa. O primeiro grupo diz respeito a características psicológicas, as habilidades, os comportamentos empresariais e os fatores demográficos. O segundo grupo refere-se aos fatores ambientais externos influência positiva ou negativa no que tange a decisão de constituir uma empresa, (CARVALHO, 2012).

Quadro 2 – Resumo dos fatores

Grupo dos fatores	Fatores

Fatores pessoais	Psicológicos relativos à personalidade e às motivações	Motivo de realização; <i>Locus</i> de controlo; Propensão para o risco; Valores; Intuição, Criatividade, flexibilidade; senso de independência; alta valorização do seu tempo
	Capacidades	Experiência de trabalho anterior dividida em três tipos: 1.Experiência técnica do setor 2.Experiência de gestão 3.Experiência empresarial
	Comportamentos empresariais	O empresário é produto do desenvolvimento social, da contingência das suas experiências, e das possibilidades que se lhe abrem
	Fatores sócio demográficos	Sexo; Maturidade; Escolaridade
Fatores ambientais		(1). As atitudes sociais em relação ao negócio e ao seu início; (2) A existência de um clima de apoio no mercado, recursos humanos disponíveis e apoios institucionais como incubadoras entre outros; (3) A disponibilidade de informação para investigar e avaliar uma ideia bem como a disponibilidade de recursos financeiros na sociedade e na possibilidade de aceder a eles; (4) A insatisfação no emprego atual; (5) A existência de clientes para adquirirem o produto ou serviço, fornecedores, negócios e empresários como modelos de referência.

Fonte: elaboração a partir de Pereira, Francisco Costa. (2001) Representação social do empresário. Lisboa. Edições Sílabo.

Nota: Citado por (CARVALHO 2012 P.23)

“O empreendedorismo para ser incentivado e bem sucedido resulta de determinantes pessoais (caso das percepções dos indivíduos sobre a sua necessidade, a existência de oportunidades no mercado e as suas capacidades e conhecimentos para explorar as oportunidades) e de um conjunto de condições nacionais (políticas governamentais de apoio, acessos a infraestruturas físicas, normas culturais e sociais, nível de investigação e desenvolvimento, eficiência do mercado de trabalho), resultantes da situação económica na qual as instituições operam. Tais condições/fatores, se existentes, fazem diferença e fortalecem as atividades empreendedoras, reforçando a competitividade das empresas” GEM (2004), (CARVALHO 2012 P.23).

Diversos fatores como o desemprego, a história de vida, a crença religiosa, a imigração ou quaisquer outras mudanças forças na vida das pessoas, o universo pessoal e de empresa, os propósitos pessoais, as habilidades interpessoais de gestão; as circunstâncias culturais- são debatidas em alguns estudos, mostrando fundamentos que podem atuar como motores ou simplificadores como processo de empreender (LEITE, 2002; GEM, 2004; OLIVEIRA e GUIMARÃES, 2006; FERREIRA, SANTOS E SERRA, 2010).

Inúmeras abordagens têm tornado proposta na tentativa de esclarecer as causas que contribui para o empreendedorismo. No princípio as pesquisas nesta esfera cresceram com base nos atributos pessoais ou traços do indivíduo empreendedor que guiassem para a constituição de empresas, subseqüentemente passou-se a estudar a ligação entre o ambiente (fatores sociais, culturais, políticos e económicos) e a sua intervenção sobre construção de empresas. Ultimamente compreendeu-se que tanta os atributos pessoais como o ambiente têm o papel crucial no processo de construção de novas empresas (GAERTNER, 1989; PEREIRA, 2001; GRAVE, 2003). Nesta perspectiva tão significativos quanto os fatores pessoais, os impactos externos ou ambientais que os empreendedores possam receber também requer cuidado (CARVALHO 2012).

1.6 Os fatores sócios demográficos

Vários autores indicam o grau de escolaridade como elemento extremamente importante no que diz respeito a análise da iniciativa empreendedora. Uns atestam que quem tinha maior nível de escolaridade a tendência é aumentar o lucro da empresa (BOSMA, PRAAG e WIT, 2000; REYNOLDS *et al*, 2002). Outros, ao vincular a competência empreendedora com o grau de formação demonstram que quanto menor for o grau de formação, “menos será as habilidades, conhecimentos e competências

reconhecimento de oportunidades de negócio, sendo os maiores o medo de gerir um negócio empresa “(FERREIRA, SANTOS e SERRA, 2010 p.26). Entretanto, existe vozes que defendem o inverso, tendo em conta o conhecimento no mercado na qual está a pequena empresa a aprendizagem que retrata ao decorrer do tempo mais determinantes para o êxito do que as habilitações académicas (anos de escola secundária e ter frequentado/terminado um curso superior) (REID, 1997). Os estudos nestas lógicas são consensuais. De acordo com o país ou tipo de indústria, o grau de escolaridade parece aumentar ou diminuir a propensão do indivíduo se tornar empreendedor (GIANNETTI E SIMONOV, 2005).

Relativamente a idade, pesquisas apontam que a probabilidade de empresários criarem seus negócios cresce com o aumento da idade do indivíduo e que o índice mais elevado estariam entre 25 e os 34 anos (REYNOLDS *et al*, 2002; GOMES 2009). Esta tendência está no fato dos jovens empresários serem mais confiante e terem maior potência física aversão ao risco do que empreendedores que têm mais idade (GOMES 2009; PEREIRA, 2001). “Nestas fases as obrigações com a manutenção de uma família não são prioridade e não simboliza um lado negativo ao risco inerente ao processo empreender (GRAVE 2003 apud CARVALHO 2012 p.30). Por outro lado, empreendedores com, mais idade têm a seu favor a prática profissional prévia e a facilidade de ligações comerciais e sócias mais facilmente, questões que podem reduzir o risco da empresa contribuindo na superação de obstáculos iniciais.

No que se refere ao sexo, autores ressalta que as mulheres iniciam a atividade empresarial em idades mais tardias do que os homens. REYNOLDS *et al* (2002) evidencia que em todas as faixas etárias existem cada vez menos mulheres no negócio. Contudo, um estudo dos dados permite certificar que a atuação das mulheres na atividade empreendedora segue a mesma tendência em relação aos homens. Isto é, para os dois o índice de predominância mais elevado está entre os 25 e 34 anos.

“A mesma tendência de diminuição verificada nos homens (18 a 65 anos) também é verificada nas mulheres, sendo pouco provável começarem um negócio a partir dos 55 anos. Numa linha conclusiva, o estudo aponta que a idade e o sexo preveem significativamente se os indivíduos iniciam esforços para começar um negócio novo” (Carvalho 2012 p.30).

Já Headd (2000), percebeu que na sobrevivência da empresa, a percepção de sucesso ou fracasso de o proprietário encerrar o seu empreendimento, a questão do gênero teve pouca ou nenhuma influência.

Vários pesquisadores compartilham a percepção de que as mulheres são menos capazes de iniciarem um novo negócio, e quando o fazem, têm necessidade de mais capacidade, instruções e ajuda para permanecer nele. Pesquisas apontam que mulheres têm menos conhecimento, visibilidade redes de contatos de que os homens (MINNITI e ARENIUS, 2003; PEREIRA, 2001);

O seguinte assunto a ser retratado a seguir, remete uma breve análise dos fatores sócio demográficos na qual abrange a idade, a escolaridade o sexo, e as motivações empresariais.

1.7 As motivações para empreender

Autores como Brito (2011) e Pereira (2001), realçam a grande diversidade dos incentivos básicos para o empenho das pessoas na atividade empreendedora. Determinam também uma ligação entre os traços de personalidade e as motivações para empreender. Isto é, além de estudada em conjunto, alegam que muitos dos traços de personalidade encontradas na pessoa empreendedora representam um fator de motivação para a constituição de seus negócios (CARVALHO 2012).

A motivação mais apontada pela comunidade acadêmica para o crescimento da atividade empresarial prende-se com o motivo de realização, o *locus* de controle, a propensão para o risco e os valores, particularmente a independência (Pereira 2001). Afora a necessidade de realização e de independência, nos trabalhos de Pereira (2001) e Brito (2011), envolve o reconhecimento e obtenção de aceitação pelos outros a concretização de um a oportunidade de negócio e a segurança familiar (Carvalho 2012).

Segundo o estudo realizado por McClelland no campus de empreendedorismo, chegou a concluir que, entre pessoas empreendedoras bem-sucedidas, a alta necessidade de realização estabelecia o motivo enriquecedor para a constituição de um empreendimento.

McClelland (1971), *apud* FONTOURA, (2005) salienta essa necessidade de realização, encaminha atenção do indivíduo para buscar objetivos que abrange atividades desafiantes, efetuar as suas tarefas de melhor maneira possível e ser competente naquilo que se compromete fazer. Essas percepções derivaram numa abordagem de empreendedorismo como um conjunto de comportamentos que podem ser incentivados e desenvolvidos por meio de programas específicos, alcançando com essas pessoas o

mesmo sucesso que tiveram aquelas pessoas que desenvolveram o dom de forma inata. (LEITE, 2002; MATIAS e MARTINS, 2010 apud CARVALHO, 2012).

No que tange a necessidade de independência, as pesquisas alegam que, quem empreende tem a vontade de ter o domínio sobre as suas vidas, reconhecer os resultados dos seus atos sem estar sujeito ao regimento de outros (SHANE, LOCKE E COLLINS, 2003).

De acordo com os estudos efetuado por Glocker e Steiner (2007), constataram que o desemprego preexistente, de longo prazo, tem uma ação positiva na trajetória para o autoemprego. Thurik *et al* (2007) também indica o desemprego como motivo das pessoas se tornarem empreendedor embora os resultados obtidos evidenciem a existência de relações opostas entre desemprego e empreendedorismo (CARVALHO 2012).

Da pesquisa dos dois estudos, Carvalho (2012), reconhece que a situação de desemprego estabelece uma variável com influência tanto positiva quanto negativa em relação a decisão do indivíduo se tornar autoempregado, caracterizando como um dos fatores fundamentais na vontade empreendedora.

Em continuação, abordaremos no próximo capítulo o empreendedorismo no setor público.

CAPÍTULO 2.

O Empreendedorismo no Setor Público

No segundo capítulo continuamos com o estudo especulativo sobre a temática empreendedorismo, entretanto voltado para o Setor Público, com o propósito de compreender como o tema é interpretado, retratando assuntos referente ao empreendedorismo na esfera pública. Desse modo, abordaremos a relevância do empreendedorismo no âmbito público, bem como empreendedorismo nas organizações

públicas. Em seguida descrevemos sobre aspetos que concerne a ação empreendedora no setor público e finalizamos o capítulo com políticas no campo do empreendedorismo.

2.1 Conceito de Empreendedorismo Público

De modo geral, maior parte das teorias organizacionais foram elaboradas para organizações, sem diferença entre o público e privado. As teorias Weberiana e Taylorista, são modelos implícita ou explicitamente que seus achados se aplicam tanto na esfera pública como na esfera privada, uma vez que, organizações públicas e privados apresentam muito mais semelhanças do que diferenças (STOKER, 2006; RAINEY, 2009). CONTUDO, DIENFENBACH (2011) defende que existem concepções

específicas de cada setor que não podem ser mudado sem uma certa adequação (Rainey, 2009; Bergue, 2011).

QUADRO 3

	Empreendedorismo no Setor Público	Empreendedorismo no setor Privado (Independente)
Objetivo	Múltiplo se variáveis, de certa forma, mal definidos.	Claros, definidos e consistentes.
Autoridade	Maior nível de autoridade e centralização.	Controle mais democrático e descentralizado.
Processo de decisão	Menor autonomia e flexibilidade	Elevado grau de autonomia e flexibilidade
Recompensa/Motivação	Baixos incentivos financeiros; sem Redistribuição de lucros. Baixo compromisso e satisfação no trabalho.	Elevados incentivos financeiros; rentabilidade como principal mecanismo para gerar renda. Elevado nível de compromisso e satisfação no trabalho.
Inovação	Atuam na busca por superar entraves Burocráticos e políticos que muitas vezes restringem as inovações.	Atuam na criação de valor através da inovação e aproveitamento de oportunidade
Tomada de Risco	Assume grandes riscos organizacionais sem tomar grandes riscos pessoais.	Assume significativo risco financeiro e pessoal, mas busca minimiza-los.
Proatividade	Entende o negócio, bem como se apóia na oportunidade para crescimento.	Segue uma oportunidade, independentemente dos

		recursos que eles controlam.
Financiamento e Lucratividade	Não são orientados para o lucro; buscam obter financiamentos para projetos; maior disponibilidade de levantar capital.	Orientados pelo lucro; maior dificuldade de acessar e obter financiamentos.

Quadro 3: Diferenças entre o Empreendedorismo no setor Público e no setor Privado

Fonte: Adaptado de Kearney *et al.* (2009, p. 29, tradução LOPES VALADARES, LUIZ EMMENDOERFER 2014 p.86)

De acordo com Diefenbach (2011), das principais diferenças entre as empresas privadas em relação a empresas públicas estas se sobressaem:

- a) ausência de mercados econômicos e suas pressões de redução de custos;
- b) influências intensivas de questões políticas;
- c) pressupostos como a equidade, a responsabilidade, a franqueza e a transparência aos usuários e multiplicidade de conflitos entre os agentes (gestores);
- d) tradicionalmente mais centralizada, cujos gestores têm menor autonomia de decisão e flexibilidade, menor incentivo e menores riscos/recompensas (BERNIER; HAFSI, 2007; CURRIE, *et al.*, 2008).

Essas características é um estímulo para os agentes que enxergam na mudança uma solução para o desempenho das organizações públicas. Ou seja, o setor público por ser muito burocrático dificulta uma cultura empreendedora com base na inovação e também na autonomia e flexibilidade (LOPES VALADARES, EMMENDOERFER 2014).

Segundo a análise do quadro 3 feita por (LOPES VALADARES, LUIZ EMMENDOERFER, 2014), verificaram que os setores públicos diferem não somente quanto aos fins do setor privado, mas também no processo. Diante disso, o desempenho das organizações públicas são guiado apenas pelos valores de gestão, mas também por valores políticos, sociais e institucionais. Portanto no processo de renovação do setor público por meio do empreendedorismo é necessário considerar aspectos culturais nas organizações (Rayney, 2009), com o propósito de minimizar possíveis dificuldades e desdobramentos não intencionais para a gestão e pessoas envolvidas (VALADARES, EMMENDOERFER, 2014).

Diversos autores têm buscado conceitualizar o que seria o empreendedorismo no setor público (Roberts; King, 1991; Osborne; Gaebler, 1992; Morris; Jones, 1999; Kearney, *et al.*; 2007; Rauch, *et al.* 2009). Todavia, as definições existentes para essa expressão são limitadas e diversificada.

Para os autores (ROBERTS e KING,1991 apud VALADARES, EMMENDOERFER 2014, p.87) “empreendedorismo no setor público é um processo de introdução de inovação nas organizações neste contexto”. Roberts (1992), define empreendedorismo no setor público como a “geração de ideias inovadoras a concepção e a implementação dessa ideia no setor público”. Osborne e Gaebler (1994) faz uma análise sobre este conteúdo baseado numa percepção das ações de instituições empreendedoras e de empreendedores públicos. Nesta perspectiva explicam que usam recursos disponíveis e criam novas formas para maximização da produtividade e efetividade organizacional.

Os autores (MORRIS e JONES 1999 apud VALADARES, EMMENDOERFER, 2014) destacam o empreendedorismo público como um processo de criação de valor para os cidadãos de modo a reunir recursos públicos e privados combinados para explorar oportunidades sociais. Assim o empreendedorismo no setor público requer um papel inovador e proativo do governo no gerenciamento da sociedade para uma melhor qualidade de vida, com a inclusão de geração de receita alternativas, melhoria de processos internos e desenvolvimento de soluções inovadoras para satisfazer as necessidades sociais e econômicas.

O empreendedorismo no setor público acontece quando um agente/ator político está em alerta com problemas na administração pública mudando o sistema em que ator está incorporado em direção ao equilíbrio (SHOCKLEY *et al.* 2006, KEARNEY *et al.* 2007) refere-se à empresa estatal/serviço civil. Nessa perspectiva o empreendedorismo no setor público é definido como um indivíduo ou grupo de indivíduos que se envolve com a atividade desejada para promover mudanças dentro das organizações com intuito de inovar, adaptar e facilitar o risco. Os objetivos pessoais e as metas são poucos relevantes nessa definição do que a geração de um bom resultado para as organizações públicas (VALADARES, EMMENDOERFER,2014). Na definição de Currie *et al.* (2008), o Empreendedorismo no setor público é entendido como um processo de identificação e busca de oportunidades de indivíduos e, ou organizações. Ora, muitas vezes este processo é identificado pela capacidade de inovação, tomada de risco e proatividade (VALADARES, EMMENDOERFER 2014, Morris *et al.* 2008) enfatiza que

as organizações podem ser caracterizadas em relação a sua orientação ou intensidade empreendedora.

No olhar Ramamurti (1986) empreendedorismo público é aquela pessoa que se compromete para iniciar e manter uma ou mais organização do setor público. Já para Bellone e Goerl (1992), o empreendedor público pode ser conceituado com base em quatro características: autonomia; 2) visão pessoal do futuro; 3) sigilo; e 4) tomada de risco. De acordo com este escritor estas características podem ser conciliadas com os valores democráticos fundamentais como *accountability*, participação cidadã, formulação de políticas públicas transparentes e planejamento de longo prazo. Roberts (1992) destaca o empreendedor público como um indivíduo que gera, projeta e implementa ideias na esfera pública.

Já na definição de Schneider *et al.* (1995), o empreendedor público é definido por dois fatores: vontade de tomar medidas de risco; e capacidade de coordenar as ações de outras pessoas para cumprir metas.

Valadares, Emmendoerfer (2014) constataram que o conceito de empreendedorismo público está ainda em fase de construção e que seus efeitos estão estabelecidos em pesquisas internacionais, essencialmente europeias, que tem se zelado a interpretar de melhor forma esta concepção (MORRIS; JONES, 1999; SADLER, 2000; BARNIER; HAFSI, 2007; MORRIS *et al.*, 2008; CURRIE, *et al.* 2008; KEARNEY *et al.*, 2009; DIEFENBACH, 2011). Além disso, Valadares, Emmendoerfer (2014), baseado na análise das diferenças citadas no quadro 3, verificaram que a transposição de práticas de um setor para outro se torna delicada, uma vez que, cada setor possui propriedades específicas que torna a integração dos conceitos complexa. É necessário considerar o empreendedorismo público como um conceito que está em processo de construção. Vários autores têm a esclarecer da sua verdadeira contribuição para a gestão pública, visto que, a discussão sobre empreendedorismo no setor público é delimitada, sobretudo em um modelo de administração pública gerencial sujeito a diversas críticas.

2.2 Políticas de empreendedorismo

O aumento do nível da atividade empreendedora é uma das funções e objetivos da política de apoio ao empreendedorismo, bem como estabelecer o papel do governo e instituições governadoras numa organização de um clima favorável e adequado aos empreendedores.

Para Thurik (2008) apud Borges Jr., *et al.*, (2013) nas economias denominado como economias empreendedoras o Estado tem o dever de criar e promover políticas de

incentivo ao desenvolvimento dos negócios, principalmente ao nível local. Esse nível de governo caberia formular e implantar políticas que reúne as vantagens locais e reduzem as desvantagens.

Segundo Lundstrom e Stevenson (2005) apud Borges Jr., *et al.*, (2013) para elaboração de políticas de empreendedorismo salientam a relevância da análise das condições e da situação específica do país ou região.

Para esses autores o nível da atividade empreendedora é influenciado por 3 fatores: as condições econômicas, como o crescimento do PIB, a taxa de desemprego, o PIB per capita e a disponibilidade de crédito. A estrutura social e empresarial é um outro fator destacado pelos autores Lundstrom e Stevenson (2005), tal como tamanho da população, taxa de crescimento da população, flexibilidade do mercado, facilidade de entrar e sair do mercado, tamanho e estrutura do setor industrial, nível de educação e prática de educação empreendedora. Além desses fatores mencionados, ressaltam ainda um último fator que é a cultura empreendedora como a presença de modelos empreendedores na região, a presença de defensores de empreendedorismo e a presença de um ambiente social, governamental, familiar ao empreendedorismo (Lundström e Stevenson, 2007) apud Borges Jr., *et al.*, (2013). Segundo esses mesmos autores existem inúmeras fases no processo de empreender e que a especificidade de cada etapa deve ser levada em conta na criação de políticas públicas de apoio.

A seguinte figura apresenta o modelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o processo empreendedor é dividido em quatro etapas. Nessas etapas o empreendedor depara com diferentes barreiras e desafios e contém diversas necessidades de recursos. Deste modo os governos necessitariam criar políticas públicas que abrangessem as especificidades das etapas do processo do empreendedor apud Borges Jr., *et al.*, (2013).

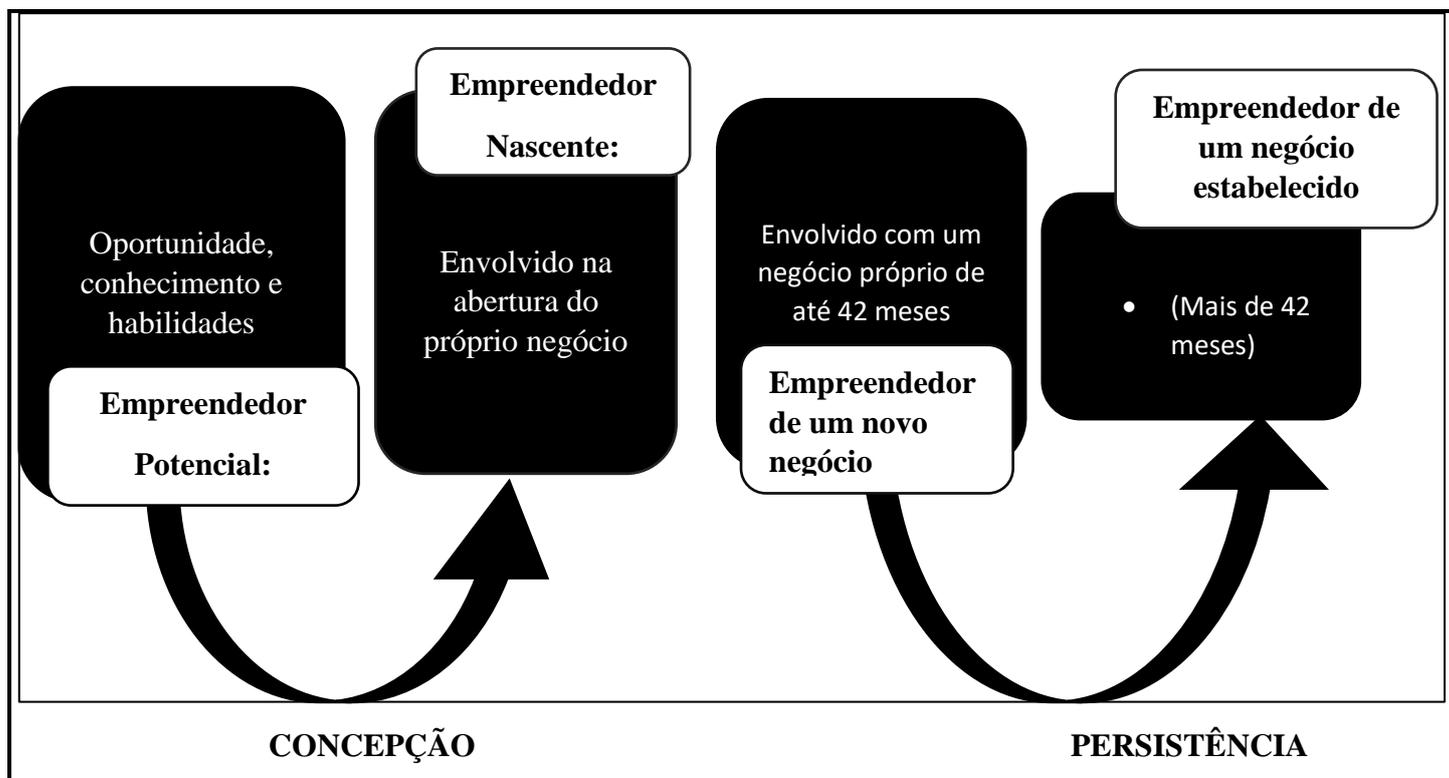
Figura 1 – O processo empreendedor

FIGURA 1



Fonte: Adaptado de GEM (2010), figura A1.2, p. 220,

FIGURA 2



Fonte: Adaptado de GEM (2010), figura A1.2, p. 220, apud Borges Jr., *et al.*, (2013):

Ainda que os governantes e elaboradores de políticas públicas apresentam inúmeros objetivos, meio alcance e contextos, as políticas públicas desenvolvidas podem ser categorizadas em 6 categoria: (LUNDSTRÖM e STEVENSON, 2005; STEVENSON e LUNDSTRÖM, 2007; RAPOSO, 2009)

- 1) A realização da cultura empreendedora que tem como finalidade a valorização do empreendedorismo gerando consciência e confiança da sociedade pelo mesmo;
- 2) A educação para o empreendedorismo que tenciona aumentar o número de oportunidades para o conhecimento sobre empreendedorismo, por meio, de inserção de conteúdo sobre questões em diferentes níveis do sistema educacional;
- 3) A redução de barreiras de entrada de novas empresas e a eliminação de obstáculos ao empreendedorismo, com intuito de redução de tempo e custo para o começo de um negócio, reduzindo desta forma os desestímulos da escolha de uma carreira empreendedora;

4) É composta por medida de apoio e assistência as empresas novas. As medidas nessas categorias são: o acesso à informações, consultorias e outras formas de transferência de *know-how*;

5) O fornecimento de capital para apoiar o empreendedorismo e procura a previsão de financiamento para novas empresas ou para aqueles que se encontra no começo de negócio.

6) A sexta categoria, que por sua vez é a última categoria é constituído por políticas com foco em seguimentos específicos da população que objetiva a promoção do empreendedorismo e possibilita entrada no mundo de negócio de grupos como jovens e mulheres.

O seguinte quadro demonstra exemplos para cada uma das políticas acima supracitados:

Quadro 4 – Exemplos de políticas, segundo a categoria de classificação

Categoria	Exemplo de política de empreendedorismo
Promoção da cultura Empreendedora	Patrocínio de programas de televisão e campanhas publicitárias; premiações nacionais, regionais ou locais; Patrocínio de conferências, congressos e eventos.
Educação para o Empreendedorismo	Divulgação e distribuição de materiais em escolas e universidades; treinamento e orientações para professores; estímulo à produção de casos de ensino e outros materiais didáticos; Patrocínio de competições, premiações para estudantes e professores, suporte a incubadores e outros programas universitários de apoio ao empreendedor.
Redução de barreiras de entrada	Dinamização o processo de registro de negócios; redução do valor de taxas e impostos; revisão da legislação empresarial; legislação de patentes e propriedade intelectual.

Financiamento	Acesso facilitado a informações sobre fontes de financiamentos; Programas de garantia de crédito; microcrédito; fundos de investimento em novos negócios.
Medidas de apoio e suporte aos novos negócios	Programas de treinamentos e orientação; auxílio na formação de redes de contato; criação de sites, softwares e aplicativos on-line de auxílio e suporte; criação de centro de aconselhamento, consultoria, assistência técnicas.
Enfoque em segmentos específicos da população	Auxílio a grupo específicos, como os jovens ou as mulheres. Programa e premiações; treinamento, aconselhamento e consultoria; auxílio na identificação de oportunidades favoráveis para cada grupo;

Fonte: (STEVENSON E LUNDSTRÖM 2007 e LUNDSTRÖM E STEVENSON 2005 apud BORGES Jr., *et al.*, 2013)

2.3 A Ação Empreendedora no Setor Público

No setor público a ação empreendedora será incentivada a alcançar excelentes resultados no que tange a reconhecimentos de oportunidades pelos empreendedores através de redes sociais, que são usadas por forças socioculturais como meio de ampliações de suas habilidades e suas finalidades (SILVEIRA, 2007 apud SOUSA e Paiva Jr,2010).

Na mesma linha do pensamento o Martins (2008) apud Borges Jr., *et al.*, (2013) observa nas redes sócias uma questão de grande relevância para a sociedade atual, principalmente no que diz respeito às exigências de respostas políticas locais, rápidas e capazes para garantir os direitos dos cidadãos.

Machado, et al (2009) apud Sousa e Paiva Jr. (2010) aponta mais desempenho de empreendedores em redes sócias em razão da suma importâncias na busca de oportunidades. Por conseguinte, Sousa e Paiva Jr. (2010) afirmam que redes sócias são geradoras da ação empreendedora para trazer excelentes resultados na exploração de oportunidades, o que justifica sucesso nos negócios da maior parte dos empreendedores por meio de contatos com participantes de suas redes de relacionamentos.

Sousa e Paiva Jr. (2010) observa que no setor público a ação empreendedora pode estar introduzida no reconhecimento de oportunidades de negócio no que concerne ao entendimento da potencialidade de recursos novos ou lucros como consequência de formação ou melhoria de um empreendimento novo ou de algum que já existe. Ainda na visão de Sousa e Paiva Jr. (2010), ele constata que esta afirmação está associada ao pensamento de schumpeteriano que nos traz a expressão “novas combinações” na qual sumariza a criação de produtos novos a partir de combinações pré-existentes. Existem traços de potencialidade empreendedora em várias atividades tanto públicas como privadas que tem necessidade de ser despertada.

A ação empreendedora no setor público depende-se do impulso do intraempreendedor, empreendedor corporativo ou empreendedor institucional no empenho de atuar com consequências políticas, econômicas e culturais Sousa e Paiva Jr. (2010). No estudo de Boava e Macedo (2009) acreditam que essas ações como motivador de hiato no sentido de que consistente e seguro, e para a esfera pública o clima da organização públicas é lugar de estabilidade e segurança. Boava e Macedo (2009) em conformidade com Lecca e Naccache (2006) ao declararem que essas modificações não se alcançam por meio de iniciativas individuais, mas sim, em uma dedicação conjunta na qual mobilização venha desencadear alianças e meios de cooperação de a mudança.

Sousa e Paiva Jr. (2010) afirmam que a ética dos valores pode influenciar a ação empreendedora no setor público, dado que seu ambiente laboral sofre na maior parte das vezes com o processo burocrático voltado para impossibilitar que venham se caracterizar com atos ilegais ou corruptos. Desse modo, o incentivo dado a ação empreendedora no setor público pela ética dos valores tende a trazer vantagens por expandir a credibilidade institucional juntamente com os parceiros, da qual as consequências provirão do fortalecimento da imagem da instituição. Autores como Giannetti (2007) reforça importância da ética dos valores dentro do cenário econômico na qual destaca o papel na moral no funcionamento normal do sistema econômico e no desempenho das economias nacionais.

Segundo Paiva Jr., (2004) apud Sousa e Paiva Jr. (2010 p.5) “há a emergência das categorias estruturais da ação empreendedora (figura 2) onde o autor forrou o pensamento e a ação do empreendedor: imaginação conceitual, a expertise e a interação social” As características da ação empreendedora foram classificadas em categorias por estruturas universais e a cada tema sugeriram desdobramentos com fins à definição e à elucidação do ator a qual empreende pelo seu conhecimento e reflexão intuitiva. A

imaginação conceitual está na consciência do empreendedor de onde surgem temas estruturais ligadamente com seu raciocínio e atuação como seguem: a autonomia, a convivência com risco, o desprendimento, disposição pessoal, a intuição, a visão integral e a subjetividade, sendo assim a última, o componente que adere todos os outros anteriores (SOUSA E PAIVA 2010 p.5).

Sousa e Paiva Jr. (2010) explicam a segunda categoria estrutural denominado por expertise, que através dela o autor torna-se capaz de identificar oportunidades e fundamentado pelo seu conhecimento acumulado, que na perspectiva de Berger e Luckman (2008) chamam de acervo do conhecimento, de modo que as ações foram exitosas no passado, estende-se para atuações futuras. Essas categorias tem as seguintes dimensões desenvolvimento de competências, intercâmbio de conhecimento, transformação da linguagem, a inversão e a inovação.

Segundo Sousa e Paiva Jr., (2010 p.5) a terceira categoria estrutural está relacionada a uma ação específica direcionadas para bases sociais, Ele ainda afirma que a discussão gira á volta da ação individual da coletiva ou social. “A ação social depende de quando ela está em plena direção à conduta de outros. A partir de então, a categoria estrutural interação social auxilia tanto no esclarecimento das ações do ator que empreende como também quanto nas motivações que o levam a determinada conduta voltada para o outro, no tocante ao seu comportamento relacional.” Sousa e Paiva Jr., (2010). As categorias estruturais contêm a seguintes dimensões “a ética dos valores, ação político-social, a ação de otimização de oportunidade, a ação de adaptação contingencial, diálogo, institucionalização, parceria e o binômio relacional idade/confiança” Sousa e Paiva Jr., (2010 p.6).

Os autores salientam que há uma correlação no âmbito das categorias, pois não são elementos estagnados e nem separadas uma das outras. É possível ver uma dependência estrutural similar a de um triangulo equilátero, em que há correspondência entres os ângulos formados e entre os lados da qual a colaboração influência de forma direta no surgimento da ação empreendedora. A figura 2 abaixo apresenta o processo estrutural da ação empreendedora Sousa e Paiva jr., (2010 p.6).



FIGURA 2 - Categorias Estruturais da Ação Empreendedora

Fonte: Adaptado de Paiva Jr. (2004) apud Sousa e Paiva Jr., (2010 p.6).

Foram utilizadas 3 categorias estruturais da ação empreendedora e algumas de suas respectivas dimensões categóricas oriundas do estudo de Paiva Jr. (2004) apud Sousa e Paiva Jr., (2010 p.6). para essa pesquisa:

“na categoria estrutural imaginação conceitual a dimensão categórica Projeto existencial não foi contemplada por se diferenciar da proposta coletivista; na categoria estrutural interação social, a dimensão confiança foi considerada redundante diante da existência da dimensão racionalidade. Vale registrar que determinada ação empreendedora pode estar inserida em uma ou mais dimensões das categorias estruturais, ou seja, uma mesma ação empreendedora pode estar classificada nas três categorias estruturais e dentro de suas respectivas dimensões ”

2.4 Empreendedorismo em Organizações Públicas

Costa-de-Souza (2013), apud et al Borges (2016) declara que o empreendedorismo foi expandido e esteve associado de modo significativa no setor privado, porém com pouco destaque no âmbito público. De acordo com Diefenbach (2011), o empreendedorismo voltado para o domínio público tem um realce na esfera internacional, no entanto no estudo de Morais et al. (2015, p. 28) ” apud Sousa e Paiva Jr., (2010 p.88) salientam que existe país como por exemplo caso do Brasil, que o empreendedorismo no setor público “[..] ainda é bastante incipiente”.

No estudo desses autores a explicação para isso “pode estar calcada na novidade de governo empreendedor” apud Sousa e Paiva Jr., (2010), que vai em concordância com a concepção de Kim (2010), entretanto, submete o empreendedorismo no setor público ao nascimento da Nova Administração Pública Sousa e Paiva Jr., (2010). Ainda na ideia de Kim (2010), ele afirma que o empreendedorismo está ligado a esse movimento, uma vez que, tenta reparar através de mecanismos de meios não burocráticos as questões da burocracia tradicional Sousa e Paiva Jr., (2010).

Este atual modelo da Administração Pública no Brasil é designado como Administração Pública Gerencial teve seu início em 1995, segundo Resser-Pereira (1999) apud Sousa e Paiva Jr., (2010). Na optica de Valadares e Emmendoerfer (2015, p. 83), apud Sousa e Paiva Jr., (2010 p.88) o processo de modernização ultimamente que está ocorrendo no setor “tem sido associado a noções comportamentais e gerenciais, imbuídas de conceitos e práticas, que eram próprias e, até então, restritas à esfera das organizações empresariais” (SOUSA e PAIVA JR. 2010).

O empreendedorismo público ao contrário dos métodos mercadológicos, ela também tem o intuito de expandir e aperfeiçoar os serviços concedidos aos cidadãos Sousa e Paiva Jr., (2010).

Conforme a pesquisa de Kim (2010):

“[...] o principal ponto por detrás do empreendedorismo público não é fazer um governo de negócios ou que compreenda o mercado, ao invés disso, a ideia do empreendedorismo público é aumentar as oportunidades para a adoção de ideias inovadoras e encontrar maneiras de oferecer mais escolhas e benefícios públicos, proporcionando serviços de alta qualidade aos cidadãos.” (KIM, 2010, p. 781 apud SOUSA e PAIVA JR., 2010 p.88).

Desse modo os autores Kim (2010), Diefenbach (2011), Curie *et al.* (2008), Morris, Kuratko e Covin (2008) e Kearney, Hisrich e Roche (2007), o lado público do empreendedorismo separa o aspecto econômico e passa a ser determinada em relação a tomada de risco, inovação e proatividade Sousa e Paiva Jr., (2010).

Bozeman (2007) confirma a perspectiva de Kim (2010), uma vez que considera a inovação, oportunidades, habilidade de ser proativo como elementos que podem desenvolver os conhecimentos internos e ampliar a produtividade Sousa e Paiva jr., (2010).

Neste mesmo ponto de vista Llewellyn e Jones (2003) apud Sousa e Paiva Jr., (2010) identificam nestas 3 dimensões (proatividade, inovação e tomada de risco) a possibilidade de diminuir incompetência no setor público tão comuns e constante nesta área.

Para Keys 1988, p. 62, apud Sousa e Paiva Jr., 2010 p.90) inovação é “reestruturar os conceitos existentes”, permitindo a formação de outras realidades. De acordo com Morris e Kuratko (2002) é algo que engloba desde o desenvolvimento de novas ideias nas tarefas a criação de serviços novos. Kim (2010) comprova a ideia dos autores Morris e Kuratko ao conceitua-lo como uma disposição para adotar novos serviços e modificar os processos administrativos.

Lumpkin e Dess (2001) *apud* Sousa e Paiva Jr., (2010), em relação a proatividade defendem que estas dimensões preservam no aumento da iniciativa com finalidade, de acordo com Morris e Kuratko (2002), procurar adiantar questões futuras. Para Kim (2010) isso faz com que as organizações públicas parem de atuar de forma inativa e passem não só a observar os problemas como também permanecer atento para oportunidades novas.

Portanto, o sentido empreendedorismo público é a união dessas 3 dimensões promovidas institucionalmente na qual o administrador tem de determinar de forma consciente para onde enviar os recursos públicos aproveitando as oportunidades procurando recursos novos usando-os em ideias inovadoras que sejam capazes de aumentar a qualidade dos serviços públicos Sousa e Paiva Jr., (2010).

As Características Organizacionais: características estruturais

Kim (2010) enumera a hierarquia, a formalização e a flexibilidade como característica referente à estrutura que influencia a admissão de ações empreendedoras. A hierarquia é uma das causas que provoca a lentidão dos processos que surge desde de retardamento na comunicação até interdição para adesão de ideias inovadoras. Por consequência, muitos níveis hierárquicos nas organizações públicas podem reduzir a implantação de práticas empreendedoras Sousa e Paiva Jr., (2010).

Para Hall (1996) *apud* Sousa e Paiva Jr., (2010), a formalização é compreendida como procedimentos geralmente mencionados em manuais e regulamentos. Isso de acordo com os autores força os servidores públicos a permanecerem presos as regras reduzindo a autonomia decisões, o aceite de ideias novas e mesmo a proatividade. Assim, “desta forma, quanto maior o grau de formalização mais difícil será adotar o empreendedorismo “Sousa e Paiva Jr., (2010 p.91).

Segundo Kim (2010) *apud* Sousa e Paiva Jr., (2010), a flexibilidade é vista como facilidade em se adequar às mudanças. Portanto quanto mais flexível uma organização mais facilidade terá em introduzir empreendedorismo nesta instituição.

Com isso, a presença da característica flexibilidade contribui a prática do empreendedorismo. Porém, a existência de vários níveis hierárquicos e de muita formalização nas organizações não proporciona o empreendedorismo Sousa e Paiva Jr., (2010).

Características Administrativas

A autonomia, a participação dos servidores na tomada de decisão, a presença de recompensas baseadas no desempenho e a especialização dos servidores são exemplos de características administrativas colocadas por Kim (2010).

Os autores Lumpkin e Dess (2001) define a autonomia como “ação independente quanto a uma decisão”. Já para Kim (2010) refere essas decisões aos procedimentos rotineiros e administrativos que aceleram os processos administrativos. Sendo assim, “quanto mais autonomias as organizações promovem, maior será o incentivo em tomar decisões e a adotar ações proativas, características do empreendedorismo” Sousa e Paiva Jr., (2010 p.91).

Para Rainey e Bozeman (2000), a participação dos servidores na tomada de decisão acrescenta a satisfação dos servidores, uma vez que estes sentem mais prepotente.

Entretanto, para Andrews et al. (2007) este envolvimento ajuda os administradores na tomada de decisão, visto que, os servidores possuem conhecimento prático. Portanto, promover a participação dos servidores na tomada de decisão favorece o empreendedorismo público Sousa e Paiva Jr., (2010).

Deste modo, o reconhecimento dos servidores baseado nos bons desempenhos, tanto financeiramente ou não, segundo Kim (2010) incentiva-os a adotar ações inovadoras e proativas favorecendo o empreendedorismo Sousa e Paiva Jr., (2010).

No que tange a especialização, Kim (2010) afirma que os colaboradores especializados tendem a identificar a necessidade de mudança e a ser menos vigoroso e relação a elas e por isso tomam decisões empreendedoras. Sousa e Paiva Jr., (2010) afirma que todas os pontos retratados das características administrativas, possui uma relação positiva com o empreendedorismo público.

Capítulo 3. O empreendedorismo em Cabo Verde: estatísticas, estudos e políticas

3.1 Breve caracterização do país

Nesse capítulo continuamos com o estudo sobre empreendedorismo, porém, voltado para uma realidade cabo verdiana, com o propósito de compreender como essa temática é retratado. Dessa forma, começamos por caracterizar a situação geográfica e socioeconômica do arquipélago, depois definimos o tecido empresarial cabo-verdiano. Em seguida, destacamos alguns estudos sobre atividade empreendedora no país e finalizamos o capítulo com as políticas e programas de incentivo no ramo de empreendedorismo, destacando 3 programas do governo que posteriormente será o nosso objeto de análise do nosso estudo.

Enquadramento e apresentação de Cabo Verde

O Arquipélago de Cabo Verde é composto por 10 ilhas e vários ilhéus que perfazem uma superfície terrestre de 4.033 km. fica situado entre os paralelos 17° 12' e 14° 48' de

latitude Norte e os meridianos 22°44' e 25° 22' de longitude Oeste, a uma distância de, aproximadamente, 500 km da costa ocidental africana, ao largo do Senegal (Figura 4).*

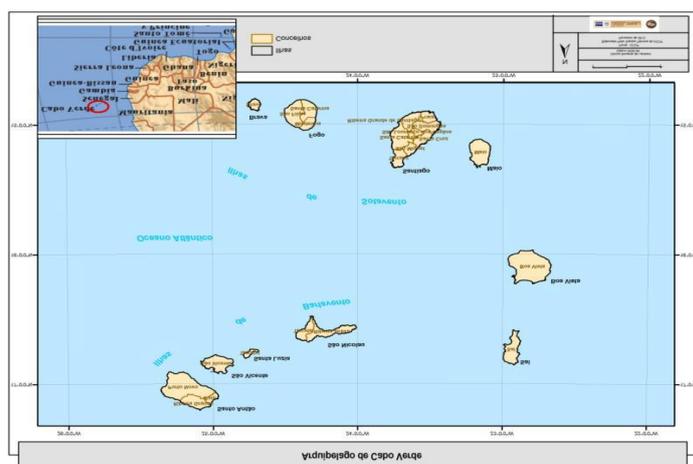


Figura 4 – Localização de Cabo Verde

Fonte: Relatório à Conferência Rio+20

As ilhas de acordo com as suas posições em relação aos ventos dominantes do N.E, encontram-se divididas em dois grupos: Barlavento e Sotavento. O grupo de Barlavento é constituído pelas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), Sal e Boavista, e o grupo de Sotavento pelas ilhas de Maio, Fogo, Brava e Santiago. As ilhas são de origem vulcânica, dispersas, de tamanho relativamente reduzido, e estão inseridas na franja saheliana caracterizada por uma elevada aridez. No seu conjunto, o arquipélago compreende uma superfície total emersa de 4.033 Km² e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) que se estende por cerca de 734.000km².

Contexto Político

Cabo Verde está entre as nações mais democráticas do mundo. É politicamente estável, graças à qualidade de seu sistema democrático, iniciado em 1991 e reforçado ao longo do tempo. Cabo Verde atingiu 7.81 pontos em 10 no Índice de Democracia 2014 da Unidade do *Economist Intelligence*, classificando-se no 31º lugar entre 167 países do mundo e no terceiro em África. O desempenho de Cabo Verde resulta, principalmente, do seu excelente processo eleitoral (9.17 em 10) e do elevado nível de liberdades civis (9.12 em 10).

* Informações obtidas através de consultas do Relatório à Conferência RIO+20, junho de 2012

As eleições em 2011 resultaram, pela primeira vez, numa coabitação do espaço político pelos dois principais partidos políticos do país, o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para a Democracia (MPD).

Decorridos vinte anos, após as primeiras eleições multipartidárias, o país vem conhecendo enormes progressos na consolidação da democracia, tendo ocorrido já a segunda alternância, com as eleições legislativas de 2001. O poder autárquico é uma realidade e está em consolidação, as liberdades políticas e associativas são respeitadas, assim como a liberdade de expressão e de imprensa e os direitos humanos fundamentais (da mulher, das crianças, da proteção das camadas sociais mais vulneráveis).

Existem mecanismos confiáveis de controlo do exercício do poder através do Parlamento Nacional e outras instituições nacionais mandatadas para o efeito.

Cabo Verde é hoje pois, uma República soberana, unitária e democrática, regendo-se por leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos, a paz e a justiça. Para além do seu ordenamento jurídico, o Estado de Cabo Verde vincula-se ainda às convenções e tratados internacionais sobre os direitos humanos e soberania dos povos.

Tomando a vontade popular como suporte, o Estado de Cabo Verde assenta-se nos princípios da liberdade ideológica, da democracia política, social, cultural, religiosa e económica, da igualdade, da justiça e da solidariedade. Assim, assume-se como um estado de direito, democrático e laico.

O funcionamento do Estado rege-se por um modelo republicano e democrático, que estabelece como princípios fundamentais a unidade do Estado, a separação e a interdependência dos órgãos de soberania, a neutralidade religiosa, a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local e a descentralização da administração pública. O poder político é exercido pelo povo através do sufrágio, do referendo e por outras formas constitucionalmente estabelecidas. O Presidente da República é o representante supremo do Estado e é eleito pelo povo. A Assembleia Nacional é constituída com base no voto popular e é ela que designa o Chefe do Governo a ser nomeado pelo Presidente da República.

Contexto Socioeconómico

Em 1990, a população residente de Cabo Verde era de 341.491 habitantes, dos quais 52% eram mulheres e 48% homens, com uma taxa de urbanização de 44%. No último Recenseamento Geral da População, realizado em 2010, a população residente do país era de 491.875 habitantes, resultando assim num aumento total da população

residente, no período de 20 anos, de 44%, tendo a população crescido na década de noventa numa média de 2,4% e na última década, numa média de 1,2%. Este decréscimo, está estreitamente relacionado com a evolução decrescente do índice sintético de fecundidade, tendo passado de 5,5 em 1990 para 4,0 em 2000 e 2,87 (valor projetado) em 2010 (Fonte. Instituto Nacional de Estatísticas INE). A repartição por sexo, em 2010 é quase paritária, sendo que a população feminina é ligeiramente maioritária, com 50,5%. De salientar o forte aumento da população vivendo em centros urbanos, que em 2010 era de cerca de 61,8%. Salientar igualmente a elevada percentagem da população jovem, entre os 15 e os 29 anos, representando quase um terço da população (31,8%). De resto, a tabela 1 apresenta a evolução da população de 1990 até 2010*

Meio de Residência/Concelho	Ano		
	1990	2000	2010
<i>Cabo Verde</i>	341.491	434.625	491.875
Meio Urbano	150.599	234368	303979
Meio Rural	190.892	200.257	187896

Fonte: INE

A economia de Cabo Verde é predominantemente de serviços, ou seja, o sector terciário gera o essencial da riqueza nacional. Com efeito o sector dos serviços representa cerca de 72% do PIB com o sector do turismo e o do comércio em forte expansão.

O crescimento real do PIB de Cabo Verde acelerou para 3.6% em 2015, de 1.8% em 2014 e 0.8% em 2013, devido ao aumento das receitas do turismo, à melhoria da procura interna e à manutenção dos baixos preços da energia. No entanto, a economia ainda apresenta um baixo desempenho devido à deflação e ao elevado desemprego. Enquanto os défices em conta corrente e do Governo têm diminuído relativamente aos níveis anteriormente elevados, a consolidação orçamental continua a ser uma prioridade para reduzir o risco de sobre endividamento, tranquilizar os investidores e salvaguardar a estabilidade macroeconómica. Apesar da insularidade de Cabo Verde e da desigual distribuição da população entre as ilhas, a sua renovação urbana pode promover

* Informações obtidas através de consultas do Relatório à Conferência RIO+20, junho de 2012

transformações estruturais, proporcionando oportunidades informais e aos microempresários para melhorar e expandir a sua integração no mercado.

A recuperação da economia de Cabo Verde continua débil devido à fraca economia global e à vulnerabilidade interna. O turismo e o investimento estrangeiro ligado ao turismo, incluindo a construção, continuam a ser os principais motores do crescimento. Na verdade, o crescimento económico acelerou para cerca de 3.6% em 2015 (de 1.8% em 2014 e 0.8% em 2013), devido ao retorno do investimento direto estrangeiro (IDE) – que cresceu 13% em 2014 – sobretudo no turismo. No entanto, a atividade económica está ainda aquém do seu potencial. Para além da eficiência do setor público, o crescimento de longo prazo de Cabo Verde depende do aumento da sua produtividade. Em 2016 e 2017, espera-se que o crescimento apresente uma recuperação, alcançando uma taxa média de 4%, abaixo da taxa registada nos anos de bom antes da crise financeira global.

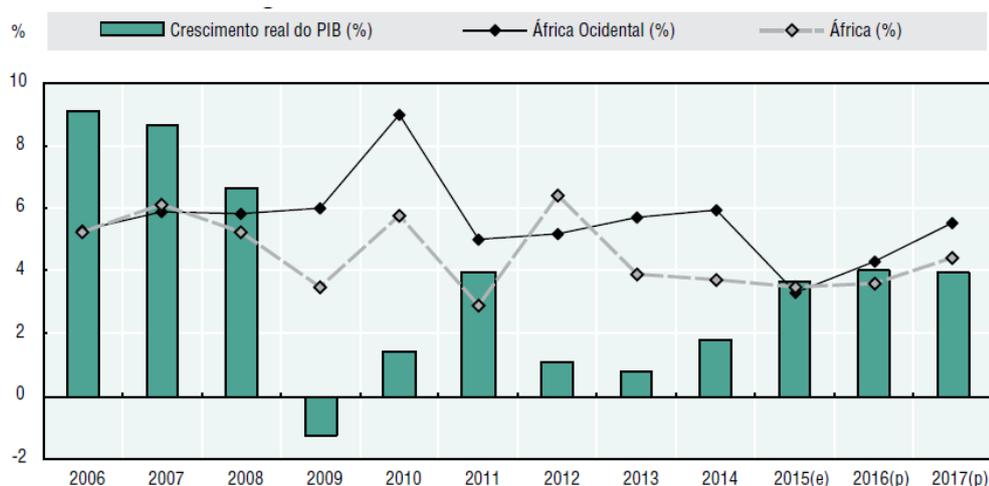
A situação orçamental melhorou ligeiramente em 2015 devido à contenção progressiva do programa de investimentos públicos (PIP), mas permanece vulnerável.

A dívida pública deverá atingir 118% do PIB em 2015, contra 94.7% em 2013. Embora a dívida pública externa seja alta (76.2% do total da dívida pública em 2015), continua a ser esmagadoramente concessional, e os indicadores do serviço da dívida mostram que o país deve permanecer confortável no cumprimento das suas futuras obrigações da dívida.

A população urbana da Cabo Verde corresponde a cerca de 65% da população do país. A alta taxa de urbanização deve-se, principalmente, à migração rural-urbana.* Embora o aumento da taxa de urbanização seja uma fonte de problemas sociais, também apresenta oportunidades informais e para os microempresários no sentido de melhorar e expandir a sua integração no mercado. Com uma taxa de alfabetização notável, superior a 85%, Cabo Verde possui a base para um crescimento económico impulsionado por uma população urbana robusta, com competências adequadas a um setor privado competitivo. A renovação urbana do país pode, portanto, ser um importante motor de transformação estrutural nos próximos anos. *

Figura 5. Crescimento real do PIB

* Informação obtidas mediante a consulta do “African Economic Outlook 2016”.
Informação obtidas mediante a consulta do “African Economic Outlook 2016”



Fonte: BAD, Departamento de Estatísticas do PEA (e); projeções (p).

Tabela 2. Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	1.8	3.6	4.0	4.0
Crescimento real do PIB per capita	0.5	2.4	2.8	2.7
Inflação, medida pelo IPC	-0.2	0.0	1.6	2.7
Saldo Orçamental, em % do PIB	-7.4	-4.5	-4.0	-3.8
Saldo contas correntes, em % do PIB	-8.0	-9.0	-9.8	-10.4

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

Gestão do setor público, instituições e reforma

Cabo Verde é amplamente reconhecido entre os países africanos pela sua boa governação. De acordo com o Índice Mo Ibrahim 2013 de Boa Governação Africana, o país ficou em segundo lugar entre 52 países. No Índice de Percepção da Corrupção de 2014, da Transparência Internacional, Cabo Verde foi o segundo país africano menos corrupto (com uma pontuação de 57 em 100). De acordo com o *Doing Business 2015*, Cabo Verde está no 91º lugar do *ranking* entre 189 economias em termos de facilidade de pagamento de impostos. Apesar do seu forte histórico sobre a corrupção, Cabo Verde lançou um novo programa em 2014 para combater a corrupção no serviço público.

Ao longo dos últimos anos, o Governo tem tomado várias iniciativas de reforma estrutural para melhorar o sistema de gestão das finanças públicas. Registaram-se progressos na integralidade, transparência e supervisão, em particular através da introdução de classificação baseada em programas, a reforma da gestão de tesouraria, a revisão do código fiscal e um Sistema Integrado de Gestão Financeira e Orçamental. A aprovação da Lei Nacional de Planeamento, em 2014, abriu o caminho para a introdução

da orçamentação por programas em 2017. O Orçamento de 2015 foi apresentado, pela primeira vez, numa base programática. Uma nova lei de enquadramento orçamental destina-se a institucionalizar essas reformas, que atualmente não estão consagrados na lei.

Essas conquistas têm fortalecido a consolidação orçamental e tiveram um impacto significativo sobre o controlo das despesas e das receitas públicas. No entanto, uma série de deficiências permanecem – supervisão interna e externa, falhas na avaliação dos passivos contingentes das empresas públicas, bem como a falta de um sistema de gestão racional do investimento público. O Governo está a ultimar uma estratégia de reforma das finanças públicas*. Também uma avaliação relativa à Despesa Pública e Responsabilidade Financeira lançada em 2015 servirá de base para a atualização do plano de ação de gestão das finanças públicas e prossecução das reformas.

O Governo declarou 2015 como o ano destinado a consolidar as diversas iniciativas públicas de reforma da gestão financeira. Devido às eleições de 2016, em vez da abertura de novas frentes de reformas, o Governo irá consolidar e fortalecer as já existentes.

Igualdade de género

Cabo Verde tem feito progressos na redução do hiato de género, como a melhoria da capacitação política das mulheres, aumentando a proporção de mulheres no parlamento e em cargos ministeriais. A proporção de mulheres assalariadas no setor não-agrícola também aumentou de 48.8% em 2000, para cerca de 66% em 2012. Esta situação evidencia a flexibilidade do mercado de trabalho, que tem atraído as mulheres do trabalho agrícola tradicional para setores modernos.

O hiato de género na educação também diminuiu: no período 1990-2013, a taxa de alfabetização das mulheres acima dos 15 anos aumentou de 59.4% para 83.4%. Os valores equivalentes para os homens eram 91% em 2013, acima dos 74.7% em 1990.

Em 2011, o Governo aprovou legislação para criminalizar a violência contra as mulheres.

Na sequência da aprovação da lei, o número de casos relatados triplicou para 2 787 em 2012, de 855 em 2010, principalmente devido a uma maior consciência pública. Em 2015, o Governo aprovou o Plano Nacional de Igualdade de Género (2015-18), que visa dotar o país de ferramentas, programas e planos de ação para a promoção da

* Informação obtidas mediante a consulta do “African Economic Outlook 2016”

igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens. Reconhecendo estes esforços, o Índice Global das Diferenças de Género para 2015 classificou Cabo Verde em 50º lugar entre 145 países*.

3.2 O tecido empresarial cabo-verdiano

Os principais resultados do IV Recenseamento Empresarial (IVRE) 2012, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística, indicam que em 2012, Cabo Verde contava com 10.101 empresas, ou seja, 1.385 empresas a mais do que em 2007, ano de referência do III Recenseamento Empresarial. Da comparação dessas duas operações estatísticas, destaca-se ainda que, o efetivo de empresas ativas cresceu 22,2 %, o número de pessoal ao serviço aumentou 10,4% e o volume de negócios registou uma evolução positiva, em termos nominais, de 31,1%. Comparando os resultados do IVRE com os do Inquérito Anual às Empresas (IAE) 2011, constata-se que apesar de se ter verificado um aumento no número de empresas ativas em 2012 (2,0%) as variáveis número de pessoal ao serviço e volume de negócios evoluíram negativamente na ordem dos 3,7% e -2,9%, respectivamente. Em termos absolutos o número de empresas ativas foi de 9.177 empresas (1665 empresas a mais do que em 2007), empregando cerca de 51.411 pessoas na última semana de Dezembro de 2012 (4844 pessoas a mais do que em igual período de 2007) e gerando um volume de negócios de 250.821.807 contos (59.536.954 contos a mais do que no censo económico anterior).

As reformas do ambiente empresarial de Cabo Verde parecem ter estagnado desde 2013. As medidas de melhoria incluíram a simplificação dos procedimentos administrativos para os empresários, facilitando o processo de registro de propriedade e de encerramento de um negócio e incentivos fiscais aos investidores através do Código Geral de Investimento de 2012. Além disso, num esforço para promover o espírito empresarial, em 2012 o Governo criou a Agência para o Desenvolvimento das Empresas e a Inovação, que presta apoio técnico às pequenas e médias empresas (PME). Essas conquistas fazem de Cabo Verde um dos países com melhores resultados do mundo no relatório *Doing Business 2012*, do Banco Mundial (BM). No entanto, o facto de o *Doing Business 2015* classificar Cabo Verde no 122º lugar entre 189 países (em comparação com o 118º em 2014) reflete um abrandamento das reformas. São necessários esforços em relação a: assegurar crédito, já que um grande número de micro empresas só têm

*<http://bdmi.ine.cv/index.aspx>
Estatísticas de Empresas – IVº Recenseamento Empresarial, 2012

acesso aos escassos recursos de instituições de micro-finanças; custos globais para iniciar um negócio, que aumentaram entre 2013 e 2014; comércio transfronteiriço, na sequência de aumentos em 2013/14 nos procedimentos e nos prazos necessários para exportação e importação; e facilidade de encerrar um negócio, com Cabo Verde, que está na 189ª posição entre 189 países classificados pelo Banco Mundial (BM).

Para manter o crescimento sustentável e inclusivo, o país deve intensificar as reformas destinadas a melhorar a produtividade e garantir uma maior competitividade. O *Relatório de Competitividade Global 2015-16* classifica Cabo Verde em 112º lugar entre 140 países analisados, registando-se uma ligeira melhoria da posição 114 (entre 144 países) no relatório de 2014-15.* Os principais obstáculos à competitividade são: a dimensão limitada do mercado interno, a dificuldade de obtenção de crédito devido às taxas de juro extremamente elevadas, a elevada carga fiscal sobre as empresas e a falta de infraestruturas básicas.

O Governo de Cabo Verde, como vem referido nos Documentos de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP II e III), elegeu o investimento privado como o motor principal do desenvolvimento económico do país e esta opção assume particular importância no contexto atual da economia cabo-verdiana, em que o investimento público tende a retrair-se substancialmente devido ao elevado nível e dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública e as suas implicações nos equilíbrios macroeconómicos. Assim, o desenvolvimento do sector privado tem sido objeto de políticas públicas através de vários projectos, alguns dos quais com a cooperação de parceiros de desenvolvimento, com destaque para o Banco Mundial (BM) e o Banco

Africano de Desenvolvimento (BAD). O BM tem vindo a intervir particularmente através de dois projectos importantes, o *Growth and Competitiveness Project*, já terminado, e o *Small and Medium Enterprise Capacity Building and Economic Governance Project (SME&EG)*, em implementação e no quadro do qual o presente estudo é financiado. De forte sinergia com o SME&EG são os projectos *Business Life-Cycle (IBLCS)*, financiado pelo *Investment Climate Facility for Africa (ICF)* concluído em 2011 e de Desenvolvimento de Incubadoras financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em implementação nesta data. O primeiro teve como objectivo à melhoria do Clima de Investimento mediante a redução de tempo e custo de

* <http://bdmi.ine.cv/index.aspx>
Estatísticas de Empresas – IVº Recenseamento Empresarial, 2012

licenciamentos de negócios e o segundo o desenvolvimento de redes de incubadoras para apoio às Micro e Pequenas Empresas.

As políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do sector privado têm sido discutidas e implementadas em parceria com as instituições privadas representativas deste sector, com destaque para as Câmaras de Comércio e Associação de Jovens Empresários, lideradas, na parte pública, pela Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI).

3.3 Estudos sobre a atividade empreendedora em Cabo Verde

De acordo com o Relatório de estudo sobre empreendedorismo em Cabo Verde promovida pela Direção Nacional do Planeamento*(Ministério das Finanças e do Planeamento) em 12 de novembro de 2014, obtiveram os seguintes resultados relativamente as percepções da sociedade:

Intenção de Iniciar um Negócio

Segundo resultado da relatoria, idade da população adulta em Cabo Verde que tem a intenção de começar o negócio está compreendida entre 18 a 64 anos e revelam que 4 em cada 10 inquiridos asseguram terem tentado sozinhos ou na companhia de outra pessoa iniciar um novo negócio atualmente, com uma distribuição diferenciada de acordo com a ilha em análise. Foram registados valores acima da média na cidade da Praia (54,7%), no interior de Santiago (52,6%) e na ilha da Brava (52,7%), contrário, das ilhas de Santo Antão e do maio onde apenas 14% e 5%, respectivamente, afirmam ter tido essa iniciativa.

A pesquisa ainda alega que somente 44% fizeram algo para concretizar esta intenção de iniciar um negócio nos últimos 12 meses, ou seja, realizaram pelo menos uma destas ações: começaram a juntar dinheiro para este efeito, trabalharam num plano de negócio procuraram equipamentos ou um estabelecimento ou organizaram uma equipa para o arranque do negócio. Essa proporção conhece a sua maior expressão nas ilhas de Santo Antão (79%), de S. Nicolau (75%), do Sal (63%) e do Fogo (44%). Na Praia, em S. Vicente, na Brava e no Interior de Santiago, as proporções são ligeiramente menos acentuadas que nos demais domínios, situando-se entre os 42% e os 44%.

*As informações sobre atividade empreendedora em Cabo Verde foram retidas do Relatório de Estudo sobre Empreendedorismo em Cabo Verde promovida pela Direção Nacional do Planeamento (Ministério das Finanças e do Planeamento elabora 12 de Novembro de 2014. E também da Dissertação de Mestrado de Vieira de Carvalho (2012).0.

Também foi identificado que a iniciativa foi mais consistente entre os homens (52%) do que entre as mulheres (37%) e entre os indivíduos cujo rendimento mensal do seu agregado familiar situa-se entre os 50.000\$00.

Oportunidades existentes

Relativamente às oportunidades existentes o estudo afirma que pouco mais de metade dos inquiridos (53%) afirma conhecer pessoalmente alguém que tenha iniciado um novo

negócio nos últimos 2 anos. Na Brava é uma proporção bastante elevada na (80%), na Boa Vista (64%) e na Praia (63%) e menos expressiva em S. Nicolau (25%). Nas demais ilhas, as proporções variam entre os 45% no Fogo a 56% em S. Vicente. Uma proporção tende a crescer à medida que aumenta o rendimento familiar, ou seja, cerca de 49% dos inquiridos cujo rendimento familiar mensal ascende a menos de 50.000\$00, contra 73% entre aqueles cujo rendimento varia entre os 150.000\$00 a 200.000\$00 O estudo afirma também que os cabo-verdianos mostram-se otimistas quanto ao ambiente de negócio num futuro próximo, com cerca de 47% a responder que na zona onde vivem haverá boas oportunidades para iniciar um negócio nos próximos seis meses, contra 35% que expressaram opinião contrária. Cerca de 17% não souberam emitir uma opinião. Este optimismo é assumido em maior proporção entre os inquiridos no Interior de Santiago (61%), na Boa Vista (59%), na Brava (54%), no Fogo e na Praia, com 53% *ex-aequo*. As perspectivas não se auguram tão boas nas ilhas de S. Nicolau, de Santo Antão, do Maio e de S. Vicente onde metade dos inquiridos manifestou o seu cepticismo ao responder negativamente à possibilidade de melhoria de negócios nas suas respectivas zonas nos próximos seis meses. Não se vislumbra nenhuma diferença na opinião expressa entre homens e mulheres. Os indivíduos com a idade compreendida entre os 25 a 44 anos mostram-se ligeiramente mais otimistas (cerca de 50%) em relação àqueles das demais faixas etárias.

Capacidade, Meios para Iniciar um Negócio

No que se refere a capacidade para iniciar um negócio, o estudo demonstra, que praticamente 8 em cada 10 cabo-verdianos assumem ter conhecimento, competência e experiência necessária para iniciar um novo negócio. As proporções acima da média foram assinaladas em S. Nicolau (91%), na Praia (90%), na Brava (81%) e no Interior de Santiago (78%). As proporções mais baixas foram registadas em Santo Antão e no Maio, com 56% e 53%, respectivamente. Os homens em maior proporção dos que as mulheres

(81% contra 75%) declaram possuir esses requisitos para iniciar um novo negócio. As proporções mais elevadas de resposta neste sentido são registadas entre os inquiridos com a idade entre os 35 a 44 anos e cujo agregado familiar possui um rendimento mensal entre 150.000\$00 a 200.000\$00.

Boa Escolha como Carreira

Os dados do inquérito revelam que a maioria dos cabo-verdianos (71%) considera que iniciar um novo negócio é a escolha de uma carreira desejável, sobretudo no Interior de Santiago (86%), Fogo (84%), Brava (76%) e Praia (74%). Santo Antão é a única ilha onde a maioria dos inquiridos responde negativamente ou diz que não sabe, contra somente 15% que afirma que sim. São os indivíduos do sexo feminino (75% contra 67% dos homens), com idade igual ou superior aos 45 anos e com um nível de rendimento do agregado familiar mensal superior a 200.000\$00 e diminui à medida que aumenta o rendimento mensal do agregado, é que partilham desta opinião em maior proporção.

Medo de Falhanço

No que tange ao medo de falhar a maioria dos inquiridos parece não se preocupar, pois, somente 1 em cada 3 declara que este tipo de medo iria impedi-lo/a de iniciar um novo negócio. No entanto, nas ilhas de S. Nicolau e da Brava o cenário afigura-se diferente, com 73% e 51%, respectivamente dos inquiridos a garantir que o medo de falhar teria uma influência negativa, ou seja, iria impedi-los de iniciar um novo negócio. Contrariamente, cerca de 67% em S. Vicente, 65% no Sal, 64% no Interior de Santiago, 61% na Boa Vista, 59% no Fogo e 57% na Praia responderam negativamente a esta questão. As mulheres mostram-se ligeiramente mais afectadas negativamente pelo medo de falhar (36%, contra 33% entre os homens). O peso deste tipo de medo é maior entre os inquiridos cujo rendimento mensal do seu agregado familiar situa-se nos extremos (menos de 50.000\$00 e entre 150.000\$00 a 200.000\$00).

Status Social do Empreendedor

Os dados mostram que Em Cabo Verde, o status e o respeito social é conquistado também pela via de sucesso com um novo negócio. De acordo com os resultados do inquérito, cerca de 73% dos inquiridos afirmam que as pessoas que tiveram sucesso ao iniciarem um novo negócio têm um nível elevado em termos de status e de respeito, especialmente nas ilhas do Fogo (90%), na Brava e no Interior de Santiago (83% *ex-aequo*) e na Praia (81%). S. Nicolau aparece como a única ilha onde a proporção dos que responderam negativamente a esta questão (49%) supera aqueles que responderam

positivamente (24%). Esta opinião colhe maiores simpatias entre os inquiridos cujo agregado familiar possui um rendimento mensal inferior a 50.000\$00 e tende a diminuir à medida que aumenta o valor do rendimento mensal do agregado.

Atenção e Tratamento dado pelos Médias aos Empreendedores

Em relação a atenção médias aos empreendedores as opiniões parecem divididas, com cerca de 46% dos inquiridos a declarar que em Cabo Verde vê-se frequentemente notícias na comunicação social sobre o sucesso de novos negócios, enquanto 42% manifestam posição contrária, ou seja, consideram que o sucesso dos novos negócios não tem merecido a devida atenção e cobertura jornalística por parte da média.

O estudo também constatou que os mais críticos em relação ao papel desempenhado pela média nessa matéria são os inquiridos da Praia (54%), do Interior de Santiago (46%) e de S. Vicente (41%). Em Santo Antão, cerca de 30% dos inquiridos consideram que as médias não têm noticiado frequentemente estes casos de sucesso, contra 10% que emitiu opinião contrária. Nesta ilha, a maioria dos inquiridos (60%) não soube responder a esta questão.

Cerca de 6 em cada 10 inquiridos afirmam que em Cabo Verde a maioria das pessoas preferiria que toda a gente tivesse um nível de vida parecido. Os resultados são mais expressivos, particularmente, no Interior de Santiago (67%), em S. Vicente (66%), no Sal (64%) e na Praia (62%). Nas ilhas de S. Nicolau, da Brava e do Fogo, a opinião expressa pela maioria dos inquiridos, 79%, 51% e 50%, respectivamente, vai no sentido contrário, ou seja, consideram que a maioria dos cabo-verdianos não preferiria que todos tivessem um nível de vida parecido.

No artigo de Lopes, Balsa e Nunes (2010) concluem que o país tem um fraco desempenho a nível da atividade empresarial externa (Vieira de Carvalho 2012). Esses autores acham que “para um potencial investidor externo, a boa classificação de Cabo Verde nos rankings de risco político e social não se espelha em indicadores que avaliam as potencialidades de empreendedorismo numa economia” (Vieira de Carvalho 2012 p.35). Entretanto realçam que os aspetos observados menos positivos referentes ao ambiente empresarial existente são visíveis e que os esforços não serão alheios aos investidores internacionais.

Também foi identificado um estudo feito pelas organizações das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, em Cabo Verde no ano de 2011 sobre a Melhoria do ambiente de negócios, em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a

Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres. O estudo aponta um conjunto de constrangimentos ao negócio das empresas em Cabo Verde das destaca: os transportes (principalmente marítimo inter ilhas); o fornecimento de eletricidade; o acesso ao crédito (nomeadamente as taxas de juro, um constrangimento transversal a nível nacional); a dimensão do mercado e a pouca qualificação da mão de obra; os impostos; a concorrência do setor informal, resultado da inexistente ou insuficiente fiscalização e a falta de regulação em alguns setores; a desarticulação entre as entidades que apoiam o setor privado e a existência de poucos programas de apoio (Viera de Carvalho 2012). Esta ausência é sentida especialmente no quadro empresariado feminino na qual as instituições não estão mobilizadas nem adaptadas às necessidades específicas das mulheres.

Identificamos na dissertação de mestrado de Vieira de Carvalho (2012) 3 projetos de estudo que avaliam ambiente empresarial, a capacidade de criar negócios e que contam com a participação de Cabo Verde. Esses projetos são *Doing Business (2012)*, o *Enterprise Surveys (2009)* e o *Global Competitiveness Report (2011)*. *Doing Business (2012)*, o *Enterprise Surveys (2009)* é financiado pelo Banco Mundial e *Global Competitiveness Report (2011)* é realizado pelo *World Economic Fórum*. O estudo traz grandes informações que se resume em pontos fracos e pontos fortes. O dado analisado permite demonstrar progresso no ambiente empresarial cabo-verdiano ao nível dos registos de propriedades, obtenção de créditos, execução de contratos, corrupção (poucos casos relatados) e infraestrutura. Realça ainda uma alta percentagem de mulheres em lugares de chefia. Em relação aos constrangimentos apontados trata-se de aberturas de empresas obtenção de alvarás de construção, comércio entre fronteiras, proteção de investidores, pagamentos de impostos, dimensão do mercado, criminalidade, informalidade, inovação, transportes, acesso ao financiamento e baixa qualificação da mão de obra. Em virtude desses constrangimentos constata uma certa correspondência com os constrangimentos identificados no inquérito empresarial intitulado *Melhoria do ambiente de negócios em Cabo Verde (2011)*.

Ainda evidenciando o estudo de Viera de Carvalho (2012), vale ressaltar que a pesquisa se concluiu que a predominância do sexo feminino no perfil empreendedor retratado nos estudos de Baptista, Ramalho e Silva (2006) e Ferreira (2008) contraria muitos estudos internacionais em que o empreendedor/empresário é na sua maioria indivíduos do sexo masculino. Verificamos que as influências ambientais parecem ter

pouca interferência sobre o insucesso de quem empreende ou sobre a decisão de recorrer a um financiamento externo. Uma outra questão destacar está relacionado com ambiente empresarial cabo-verdiano ser marcado por vários constrangimentos tanto a nível de procedimentos burocráticos quanto aos custos associados à atividade empresarial. Esta questão associa-se a outras questões tais como-baixos níveis de adoção de inovações e tecnologias, problemas estruturais que o país enfrenta, insuficiente rede de transportes marítimos e aéreos, problemas no abastecimento de água e eletricidade, reduzida dimensão do mercado e falta de qualificação dos recursos humanos – têm reflexo na atração de potenciais investidores externos. Deste modo fazem com que o país apesar da sua estabilidade política e dos sucessos alcançados ao nível do desenvolvimento humano e social, obtenha uma posição desfavorável em matéria de empreendedorismo/criar negócios no panorama da economia mundial. Ainda o estudo demonstra que o diagnóstico apresentado parece constituir elementos-chaves capazes de proporcionar uma reviravolta no ambiente de negócio no país a aposta na educação; na melhor articulação entre as entidades públicas e privadas de apoio ao setor privado e desenvolvimento de políticas de incentivo/apoio ao empreendedorismo ajustadas à realidade cabo-verdiana (Vieira de Carvalho 2012).

3.4 Políticas e programas de incentivo ao empreendedorismo em Cabo Verde: Empreendedorismo e Apoio público

Cabo Verde, como vem declarando nos Documentos de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP II e III), nomeou o investimento privado como principal causa do desenvolvimento económico do país e esta opção assume particular importância no contexto atual da economia cabo-verdiana, em que o investimento público tende a retrair-se substancialmente devido ao elevado nível e dúvidas sobre a sustentabilidade

dívida pública e as suas implicações nos equilíbrios macroeconómicos. Em Grandes Opções do Plano (2006-2011:42), documento produzido pelo Ministério das Finanças e que delinea o planeamento estratégico para o processo de desenvolvimento do país, é explícita a importância dada ao tema, referindo a necessidade de se —promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento; alargar a base produtiva.

Esta relevância é apontada no Plano Estratégico de Redução da Pobreza (2010), mas ganha notoriedade no Programa do Governo para a VIII Legislatura, 2011-2016.3. É

um documento que estabelece como linhas mestras a inovação e o empreendedorismo e determina um conjunto de medidas orientadas neste sentido. Desses conjuntos de medidas realça, a conectividade das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas e na sociedade, as reformas na gestão das instituições de ensino, a promoção das acessibilidades, implementação do programa de governação eletrônica e o fomento da Sociedade de Informação. Destaca-se também, a criação de um conjunto de instituições de apoio que trabalharão com jovens e adultos empreendedores/as. Como por exemplo, a Cabo Verde Investimentos que atualmente é denominado por Cabo Verde TradeInvest, o Novo Banco, Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI), que hoje é designado Proempresa.*

O Novo Banco que já não existe, foi considerado como uma revolução na microfinança e o acesso ao financiamento por parte das pequenas e médias empresas, dos agricultores e cooperativas rurais.

A Federação das Associações de Micro Finanças também presta apoio no domínio da concessão de microcrédito. Por sua vez, a Cabo Verde TradeInvest procura atrair investimentos externos, sobretudo, emigrantes cabo-verdianos que pretendem investir em Cabo Verde. A trabalhar com o público emigrante, o Ministério das Comunidades - departamento do governo responsável pela política destinada às comunidades cabo-verdianas na diáspora – desenvolve junto deste público projetos de apoio à elaboração de planos de negócios.

As políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do sector privado têm sido debatidas em cooperação com as instituições privadas específicas deste setor, com foco para as Câmara de Comercio Associação de Jovens Empresários, lideradas, na parte pública, pela a Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI)*.

Esta instituição, criada desde 2009, tem sua intervenção orientada particularmente para micro, pequenas e médias empresas em Cabo Verde. Essas empresas têm constituído

* As informações sobre as políticas e programas apresentados nesta seção do trabalho foram recolhidas mediante a consulta das páginas das instituições/organizações referenciadas. As informações apresentadas ainda foram complementadas com as entrevistas realizadas às instituições contatadas aquando da realização do estudo empírico e com conversas realizadas de forma informal.

* Disponível em <http://www.adei.cv/>

o foco principal das políticas públicas dirigidas ao sector privado, e não sem razão forte. Com efeito, elas constituíram, com referência a 2012, cerca de 93% do número das empresas cabo-verdianas registadas e representaram 53% de empregos. Inversamente, são aquelas com os mais baixos indicadores de rentabilidade, rácios de gestão e índices de mortalidade. Esses factos justificam uma acção concertada dos poderes públicos.

Assim, são de realçar as mais diversas iniciativas e projectos da ADEI, desde a sua criação, com ou sem apoio de financiamentos externos, dirigidos para as MPMEs e centrados nas dinâmicas das empresas, com destaque para:

Linha de financiamento, em conjunto com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e junto do Novo Banco, para jovens com formação profissional;

Rede Nacional de Incubadoras, vocacionada para a oferta de serviços de desenvolvimento empresarial, com o objetivo de promover o acesso a mercados, facilitar o acesso ao financiamento, desenvolver as cadeias de valor, promover o empreendedorismo e a inovação;

Programa CRIA, de estímulo à criação de novas empresas; 11

Gabinete do Empreendedor, para assistência a empreendedores e empresários;

Programa Academia MPME, para o reforço das competências técnicas, profissionais e de gestão das MPMEs;

Oficina do Empreendedorismo, para a formação para o empreendedorismo de massa;

Start Up Universitário! uma iniciativa da ADEI e do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação (MESCI), que visa avaliar e premiar as melhores ideias de negócios promovidos pelos formandos e formados de todas as Universidades do país;

Momento do Empreendedor, que visa fomentar o empreendedorismo, através de acções de capacitação, de debate de contatos e de troca de experiências que levem à familiarização com o mundo empresarial;

Start Up Weekend, para a partilha de ideias, trabalho em equipas, desenvolvimento de produtos e lançamento de start-ups;

Empreender agora! um concurso de ideias que pretende incentivar o espírito empreendedor, a criatividade e inovação através de iniciativas genéricas ou focalizadas num determinado sector de atividade; *

GEW-Semana Global do Empreendedorismo, com o objetivo de estimular e inspirar a criatividade, a inovação e a imaginação dos jovens através da realização de diversas atividades.

Ainda de particular importância e no quadro das iniciativas e da liderança da ADEI, refira-se ao Regime Especial de Micro e Pequenas Empresas (REMPE), recentemente aprovado pela Assembleia Nacional que introduz profundas reformas fiscais e parafiscais para essas empresas, procedimentos simplificados para sua constituição e funcionamento, acesso a mercados públicos e sistemas de incentivos económicos promotores de seu desenvolvimento e formalização. De destacar, o importante papel que o Ministério da Juventude, Emprego e Formação Profissional tem vindo a desempenhar neste âmbito, através, por exemplo, da criação do Fundo de Promoção do Emprego e da Formação Profissional; da institucionalização da Semana Nacional de Microfinanças; e da revisão da Lei das Microfinanças.

Constata-se desta forma, que, em Cabo Verde, o apoio ao desenvolvimento de empreendedorismo tem sido, e de certa forma justificadamente, centrado no apoio às MPMEs, nas quais, em regra, se concentra maior actividade empreendedora. No entanto, este apoio tem sido feito sem sustentação em dados empíricos, obtidos através de medidas de percepções da sociedade e de indivíduos sobre o empreendedorismo, de atitudes, aspirações e atividades daqueles que estão ou ambicionam estar em negócios. Todos estes são parâmetros importantes, na medida em que a motivação individual para envolvimento em atividade empreendedora conducente à criação de empresas e ao desenvolvimento de negócios tem importância particular para o surgimento, desenvolvimento e sustentabilidade das MPMEs.

Assim, e no seguimento das melhores práticas internacionais, nomeadamente do *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*, ao qual se fará referência mais detalhadamente no capítulo seguinte, importa introduzir sistemas de medição do empreendedorismo com foco nos indivíduos potenciais empreendedores e nos empreendedores, capazes de gerar informações empíricas que permitirão melhor formulação de políticas de apoio ao

* Disponível em <http://www.adei.cv/>

desenvolvimento do empreendedorismo, que se encontra na base da iniciativa privada e da dinamização de investimentos privados.

Pretende-se, pois, que o Estudo, que ora se solícita, represente a introdução desta nova abordagem no apoio ao desenvolvimento do empreendedorismo e espera-se que seus resultados possam servir de estímulo ao Governo para preparar e justificar sua participação no processo de avaliação empreendedora do GEM (de referir que Cabo Verde não é parte do grupo dos setenta países que atualmente participam no GEM).

É de suma importância destacar que com a entrada do novo governo a Adei mudou para ProEmpresa (Instituto de Apoio e Promoção Empresarial) e o seu conselho diretivo tomou posse no dia 27 de Junho de 2017, e tem como missão promover, facilitar e acompanhar o investimento privado nacional de micro, pequena e média empresas (MPME's) em todos os setores da economia de Cabo Verde, através da implementação de um conjunto de reformas que irão fazer crescer o setor privado gerando riqueza, emprego e receitas como forma de financiar o desenvolvimento sustentável da nação.

No caso da população jovem, o instituto desenvolve os seguintes projetos de apoio ao empreendedorismo jovem:

O que o programa Start Up Jovem-Programa, de âmbito nacional, que visa promover o empreendedorismo através de Start-up, entendida como empresa nova, até mesmo embrionária ou ainda em fase de constituição, que promove um projeto promissor, ligado ao desenvolvimento de uma ideia inovadora de negócio, com base tecnológica ou não.

Fomento ao Empreendedorismo -Tem por objetivo fomentar o micro empresariado na perspectiva de contribuir para a inclusão económica de jovens e mulheres através de oportunidades de criação de auto emprego e de rendimento via empreendedorismo e estimular a economia local, a geração de emprego e de rendimentos sustentáveis para as famílias mais carenciadas, micro e pequenos empreendedores.*

Além disso a proempresa dispõe do Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas – REMPE, tem por finalidade a promoção da competitividade, produtividade, formalização e desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

* Disponível em <http://www.proempresa.cv/>

Ainda no âmbito do Empreendedorismo Jovem temos a Associação de Jovens Empresários de Cabo Verde (AJEC)*. A AJEC surgiu com a ambição de atuar em quatro eixos principais:

Representar os Jovens Empresários: defender os interesses do jovem empresário perante os poderes executivo e legislativo, apresentar propostas, participar de discussões e mantê-lo informado sobre o andamento dos acontecimentos políticos e económicos que dizem respeito ao micro e pequeno empresário e aos empreendedores iniciantes;

Incentivar/Promover o Empreendedorismo: Dar aos jovens empresários a oportunidade de conhecer pessoas do meio empresarial e trocar experiências com outras lideranças;

Apoiar os Jovens Empresários: Contribuir para a capacitação do jovem empresário através de cursos, workshops, visitas técnicas, debates e palestras;

Promoção da Responsabilidade Social nas Empresas: Ampliar a representatividade e a participação da entidade no universo empresarial através da discussão e da difusão do conceito de “responsabilidade social corporativa”.

Com apenas dois anos de existência, a AJEC já tinha contribuído fortemente para colocar o empreendedorismo juvenil na agenda das principais instâncias de decisão do país, e organizando (ou participando na organização) de várias atividades de relevo sobre a matéria.

Importantes resultados já foram alcançados pela AJEC, não obstante a Associação não dispor de recursos financeiros, logísticos e humanos, contando, porém, com o importante apoio de várias entidades e instituições, como adiante se referirá. A AJEC já é entidade de referência nos mais importantes centros de decisões sobre políticas e iniciativas para o sector privado e a juventude, sendo frequentemente consultada em matérias relacionadas com estas áreas.

A BIC (Business Incubation Center) é uma incubadora de empresas da Rede Nacional de Incubadoras de Inovação, fundada em 2011 pela Agência para o desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI) em parceria com a Associação de Jovens Empresários de Cabo Verde (AJEC). Surge para apoiar na afirmação do micro,

* Disponível em <http://www.ajec.org.cv/gew-2>

pequenas e médias empresas ao criar um ambiente que estimule, numa lógica de mercado o desenvolvimento de uma iniciativa empreendedora. Em 2015 a incubadora teve adesão de seis novos membros, nomeadamente: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Instituto Superior Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), Câmara de Comércio, Indústria e Serviço de Sotavento (CCISS), Universidade de Cabo Verde (UNICV), Universidade Jean Piaget (UNUPIAGET) e Universidade de Santiago (US).*

Ela tem missão de transformar ideias e projetos em negócios de sucesso, disponibilizando uma estrutura física adequada e assessoria em gestão, visando a performance económica positiva das empresas e a capacitação dos empreendedores que pretendam ter negócios sólidos e competitivos no mercado Cabo-verdiano.

Ao nível das instituições académicas, a Universidade de Cabo Verde e o Campus do Mar da Universidade de Vigo assinaram, na cidade da Praia, em 17 de Abril de 2017, um protocolo de parceria para impulsionar a economia marítima, no âmbito do programa Empreamar Cabo Verde. O acordo prevê a promoção do empreendedorismo em setores estratégicos relacionado com a economia marítima, refletindo a incorporação do conceito de "crescimento azul" construído por Cabo Verde em suas estratégias de desenvolvimento. Neste campo de atividades marinhas e marítimas integra-se organismos públicos e privados dos setores da pesca, turismo, transportes e energias como estratégicos.

O Empreamar cabo verde é um programa do Empreendedorismo para o setor marítimo em Cabo Verde que pretende a inovação para o desenvolvimento sustentável das comunidades costeiras de Cabo Verde. Em termos gerais o programa visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que dependem da economia marítima através da implementação de soluções inovadoras.

Especialmente, o programa pretende incrementar nos formandos capacidades de desenvolvimento de projetos empresariais ligados à economia marítima, com foco no crescimento económico e redução da pobreza através da conceção e implementação de um programa de apoio público-privado do Empreendedorismo no Mar.

As comunidades costeiras vivem principalmente da economia do mar, sendo este um dos recursos mais importantes e estratégicos em Cabo Verde. Ligadas ao mar estão

* Disponível em <http://www.bic.cv/>

as atividades económicas como a pesca, a agricultura, o setor industrial (energia e comércio), o turismo, transporte entre outros. Nessa perspectiva espera-se desenvolver novas iniciativas para apoiar a rentabilidade da pesca e/ou fortalecer o processo de diversificação, contribuir para a consolidação dos processos de mudança e de melhoria com base na inovação social.*

A Uni-CV, enquanto universidade pública apresenta-se como uma entidade de desenvolvimento da política nacional de ensino superior e promove valores essenciais como a autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira, promovendo o empreendedorismo e desenvolvimento de competências, como fatores de qualidade e excelência académica. Entre as suas linhas estratégicas de ação combina três elementos fundamentais e interdependentes: Produção de conhecimento, principalmente e, através da pesquisa científica e inovação; Ensino/ aprendizagem através da educação e formação; Extensão Universitária pela via das tecnologias de informação e comunicação bem como a transferência dos saberes para o tecido económico e social cabo-verdiano.

Com foco no mesmo público, o projeto Empreendedorismo Feminino abrange as ilhas de Santiago, São Vicente e Santo Antão; é financiado pela Cooperação Espanhola e proporciona formação das empresárias envolvidas; desenvolvimento dos planos de negócios, com assessoria e assistência técnica; e a concessão do crédito para as mulheres empreendedoras. Surge da parceria entre diversas instituições cabo-verdianas, afigurando-se entre elas o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Organização das Mulheres de Cabo Verde (doravante, OMCV). O IEFP através dos Centros de formação profissional e emprego —promove a qualificação de jovens e adultos, facilitando o seu acesso ao mercado de trabalho e incentivando a iniciativa individual e a sua intervenção nesse mercado (IEFP, 2010:3). Com isso, perspectiva contribuir para a criação de empregos, a autonomia individual e o crescimento económico do país. Além da aposta na formação profissional, a OMCV dispõe de um sistema de microcrédito de abrangência nacional.

Por último cabe destacar que a população jovem está no centro das políticas públicas. Não só pelo facto de ter um grande peso na população cabo-verdiana e de constituir o segmento mais exposto à pobreza e ao desemprego, mas por se reconhecer

* Disponível em <http://www.empreamarcv.org/>

nela uma força mobilizadora e transformadora do presente e do futuro das ilhas (CARVALHO 2012).

Capítulo 4.

Metodologia da investigação

Neste capítulo detalhamos sobre a metodologia utilizada na pesquisa na qual demonstramos o modelo de estudo, definimos as diversas opções utilizadas, descrevendo as pesquisas, hipóteses de investigação, os objetivos. Também relatamos os procedimentos realizados para a coleta dos dados e terminamos o capítulo com o tópico aplicado aos tratamentos dos dados.

4.1. Modelo de estudo

Opções metodológicas

Este trabalho foi classificado no grupo de pesquisa exploratórias e bibliográfica. De acordo com Gil (1996:45) *apud* Carvalho, esta pesquisa tem como finalidade permitir maior aproximação com o problema como também tornar-se de forma mais clara ou a construir hipóteses, possibilitando o desenvolvimento das ideias. Começamos o estudo baseando na pesquisa qualitativa. Segundo Bogdan e Biklen, 1994; Vieira, 1998 *apud* Vieira de Carvalho, a abordagem qualitativa busca compreender as questões contextuais, informais, dinâmicos de uma realidade em estudo na perspectiva de contribuir para melhor entendimento dos comportamentos e experiência humana. Neste sentido o interesse tende-se mais para o processo que está a investigar e menos para o fato de os resultados serem suscetíveis de generalizações. Escolhemos também elaborar um projeto de pesquisa de análise documental e entrevistas para levantamento de dados sujeitos a um processo de análise de conteúdo que, subsequentemente será retratado de forma detalhada.

O Empreendedorismo: O tema em questão

O presente trabalho estabelece uma serie de conceito na qual a compreensão é apresentada neste segmento. Iniciamos pela definição de empreendedorismo.

A base do entendimento da definição foi adotada a partir da conceitualização proposta por vários autores. Entretanto, como diz Paiva Jr, (2004) a palavra empreendedorismo é relacionada a polissemia, uma vez que consegue entendida quando percebemos o fato dos conceitos serem propostas por investigadores de diversos campos

de conhecimentos, em que baseiam nos modelos da sua esfera disciplinar para criação de uma definição. A partir destas concepções a compreensão destes termos está associado a criação de novas empresas decorrente ou não da percepção de uma oportunidade de negócio, num quadro repleto ou ausente de outras alternativas profissionais, por empreendedores que recorrem as instituições a procura de financiamento ou de programas de apoio para a criação ou desenvolvimentos de seus negócios. Vale ressaltar que, o empreendedorismo por oportunidades e por necessidade é equivalente aquela que foi mencionado no GEM (2010) e que de certa forma está contida no conceito de empreendedorismo anteriormente supracitado.

Dado estas afirmações, torna-se importante definir um outro conceito que é de suma importância para esta pesquisa, o empreendedorismo no setor público. Ora, vários autores têm buscado o que seria empreendedorismo no setor público (ROBERTS; KING, 1991; OSBORNE; GAEBLER, 1992; MORRIS; JONES, 1999; KEARNEY, *et al.*; 2007; RAUCH, *et al.* 2009). Porém as definições existentes para esta expressão são limitadas e diversificadas (ROBERTS; KING, 1991; BOYETT, 1997; CURRIE *et al.*, 2008; KEARNEY *et al.*, 2007; 2009; MORRIS; JONES, 1999; MORRIS *et al.*, 2008).

Para os autores Roberts e King (1991) “empreendedorismo no setor público é um processo de introdução de inovação nas organizações. Roberts (1992), define empreendedorismo no setor público como a “geração de ideias inovadoras a concepção e a implementação dessa ideia no setor público” (VALADARES, EMMENDOERFER 2014 p.87).

Em suma, no aspecto teórico desta pesquisa apontamos a inovação como principal elemento do empreendedorismo, incumbindo ao empreendedor a determinação de produzir novos produtos ou serviços.

Questões da investigação, variáveis e objetivos

No que se refere aos empreendedores a análise baseia nas seguintes perguntas: o que é que motivou a criar empresa? Quais são as dificuldades enfrentados? Por que foram à procura de apoios institucionais? Para o nosso roteiro de pesquisa verificamos um conjunto de elementos, que serviram como mentor da nossa investigação, tais como a idade, grau de escolaridade, o sexo, estado civil, experiência profissional.

Em relação a análise referente as instituições reflete sobre: os programas/apoios de incentivos ao empreendedorismo, o perfil dos jovens empreendedores apoiados pelo Estado, etapas de um projeto de empreendedorismo apoiados pelos recursos públicos.

. Relativamente aos objetivos desta pesquisa, o principal concentra em diagnosticar sobre o papel do Estado cabo-verdiano na promoção do empreendedorismo. Com base nestes objetivos determinamos os objetivos específicos. O primeiro objetivo consiste em conhecer os apoios institucionais que o Estado cabo verdiano tem para o empreendedorismo. O segundo objetivo assenta-se em analisar o perfil dos empreendedores apoiados pelo Estado. O terceiro objetivo centra-se em caracterizar os principais programas apoiados pelo Estado.

4.2 A recolha dos dados :Participantes do estudo

A escolha da população desta pesquisa consiste num conjunto de fatores. Para as instituições a seleção foi feita através de simultaneidade. Conforme a disponibilidade da investigadora e dos seus dirigentes. Sendo assim consideramos as características das organizações apresentadas no quadro do modelo de quádrupla hélice. Portanto, foi selecionado 3 instituições públicas (ADEI (PROEMPRESA), Centro de Emprego e Formação Profissional e Bic) uma instituição académica (UNICV) e 3 organizações não governamentais (AMES, AJECV e OMCV. Na totalidade entramos em contato com 7 instituições, porém só 3 destas instituições envolver-se na pesquisa. Para a entrevista escolhemos dirigentes/responsáveis pelas instituições e empreendedores de nacionalidade cabo verdiana tanto de sexo masculino como sexo feminino centralizado na ilha de Santiago, mas concretamente cidade da Praia nas quais recorram as instituições para a criação e desenvolvimento de suas empresas. A ilha de Santiago foi escolhida devido ao seu elevado número de habitantes e também por abranger a cidade da Praia, a capital do país que concentra a maior parte das atividades económicas e instituições que atuam nos campos de empreendedorismo.

Com os critérios já determinados, a amostra da pesquisa é composta por 3 empreendedores entrevistados, tratando -se de 2 homens 1 mulher, sendo todos com formação superior e, com idade compreendida entre 26 e os 43 anos. As suas empresas foram criadas entre 2013 a 2016, das quais 2 desenvolvem as suas atividades no setor terciário e 1 no setor primário.

Também foi entrevistado os representantes das seguintes instituições: a coordenadora da ADEI (Proempresa) Dr. Benilden Carvalhal, uma funcionária BIC Sr. Ariana Pereira e o Professor e coordenador do centro de Empreendedorismo e Prestação de serviços da UNICV Dr. Vítor Ramos Tavares.

Técnicas e procedimentos

Para essa pesquisa foi necessária deslocar-se de Brasil à Cabo Verde com objetivo de fazer investigação mais aprofundado.

O contato com as instituições aconteceu em outubro de 2017 em Cabo Verde na qual tivemos as primeiras entrevistas com responsáveis / dirigentes das seguintes instituições: (ADEI) Proempresa, BIC, AJECV e UNICV. Através destas entrevistas conseguimos realizar as entrevistas com os empreendedores que por sua vez, são beneficiários dos programas institucionais. Deste modo a técnica de amostragem utilizada foi a bola de neve.

O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostragem não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados. (VINUTO,2014, p.3).

Relativamente a escolha dos participantes (empreendedores/empresários e responsáveis/dirigentes das instituições) a estratégia de amostragem aplicado é não probabilística. Entretanto, Bryman e Cramer (1993:129), esclarece que “diferença entre a investigação baseada em amostras aleatórias e em amostras de conveniência não é tão grande como se podia julgar” sobretudo em pesquisas com caráter qualitativo.

Após a escolha dos participantes desenvolvemos a nossa entrevista. Segundo Quivy e Campenhoutdt (1998) a entrevista possibilita investigar o significado que as pessoas apresentam às suas práticas e aos acontecimentos com que veem confrontados. De outra forma de acordo com Yin (2004), a entrevista é um fator fundamental no levantamento de informações essencialmente no que se refere, a conteúdo relacionado a seres humanos, os quais precisam ser conhecidos e interpretados a olhar das pessoas.

O tipo de entrevista individual aplicada aos empreendedores foi a semi-estruturada, no entanto, para os responsáveis pelas instituições, foram adotadas a entrevista não estruturada, ambas dirigidas por um roteiro possibilitando as pessoas entrevistadas alguma flexibilidade para complementar outros elementos que são

relevantes. Para Triviños (1987, p. 146 apud J. Manzini 2004, p.2) “à entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”. Já para os autores Laville e Dione (1999 p.188-190 apud L. de Mattos 2005, p.824) entrevista não estruturada é “aquela em que é deixado ao entrevistado decidir-se pela forma de construir a resposta”.

Baseado nestes roteiro dirigimos 6 entrevistas (3 as instituições e 3 aos empreendedores. Esta entrevista teve uma duração de 30 minutos. Algumas entrevistas foram agendadas através de e-mail e outras por telefone, presencialmente e individualmente no mês de outubro e novembro de 2017 de acordo com disponibilidade de cada pessoa. As entrevistas feitas aos empreendedores foram todas gravadas, com permissão da pessoa entrevistada. Em seguida, foram ouvidas sistematicamente e transcritas. Para Bogdan e Biklen (1994) em pesquisa qualitativa as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas: podem constituir a estratégia dominante para ao levantamento de informações, ou podem ser utilizadas em conjuntos com outros métodos. Neste contexto a entrevista foi fundamental para a coleta de dados e abrangeu a pesquisa bibliográfica como reforço as informações alcançadas.

Segundo escreve Gil (1996:48), a pesquisa bibliográfica é produzida a partir de material já elaborado, composto por livros e artigos científicos. Ele ainda complementa que a sua vantagem principal está no fato de possibilitar aos investigados uma série de fenômenos bem maior do que aquele que poderia pesquisar diretamente (Gil, 1996:50).

Esta pesquisa bibliográfica tem o principal objetivo definir critérios de compreensão do tema, determinar os objetivos e elaborar a hipótese da pesquisa. Para realização desta pesquisa foi utilizado livros, artigos científicos, documentos, teses, estudos relacionados ao tema, e internet. É de suma importância destacar as conversas informais de natureza exploratória obtidas durante o período de pesquisa em Cabo-Verde no mês de novembro de 2017, especificamente com dirigentes de organizações/empresas cabo verdianas e também com pessoas que já recorreram as instituições em busca de financiamentos para seus negócios.

4.3. Tratamento de dados

Para analisar os dados obtidos através das entrevistas, optamos por utilizar a técnica da Análise de Conteúdo. Ela refere-se a uma técnica das ciências humanas e sociais destinada à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de

pesquisa, ocupando-se basicamente com a análise de mensagens. Na ciência, “é tributária do Positivismo, corrente de pensamento desenvolvida por Augusto Comte, cuja principal característica é a valorização das ciências exatas como paradigma de cientificidade e como referência do espírito humano em seu estágio mais elevado” (Fonseca Júnior, 2009, p. 281 apud Peixoto Gonçalves, 2015, p.4). Segundo Fonseca Júnior (2009, p. 281), a postura Positivista se encontra presente nas várias definições de Análise de Conteúdo, entre elas, a clássica da definição de (Bernard Berelson, 1952, p. 18 apud 281 apud Peixoto Gonçalves, 2015, p.4), que a designa como “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. Para (Peixoto Gonçalves, 2015, p.6 apud Bardin, 2011) análise de Conteúdo é uma técnica que pode ser utilizada tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa, mas com aplicações diferentes. Este método de análise na perspectiva de Bardin apresenta diferentes fases (pré análise; a exploração; e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação). Estas fases podem ser desenvolvidas com vários mecanismos, sendo a temática ou análise categorial a mais utilizada. Neste contexto, para esta pesquisa, preferimos esta técnica, na qual procuramos atender as fases que caracterizam o método em estudo. Desta forma determinamos os objetivos, as hipóteses da investigação e um quadro teórico de referência. Seguimos a formação de *corpus* de análise formado pelas entrevistas realizado aos dirigentes das instituições e aos empreendedores/empresários.

A entrevista realizada aos responsáveis das instituições foi desenvolvida com base nos seguintes critérios: programas de apoio que oferecem, o perfil dos empreendedores apoiados pelo Estado, etapas de um projeto de empreendedorismo apoiados pelos recursos públicos.

No quadro abaixo são apresentados as categorias e os elementos da análise de conteúdo das entrevistas feitas aos empreendedores.

Quadro 5 – Categorias e elementos de análise

Categorias de análise	Elementos de análise
O perfil empresarial: É uma categoria que descreve a pessoa empreendedora e a sua empresa formada	Caraterísticas de quem empreende: situação profissional de partida (empregado ou desempregado); habilitações literárias; experiência empresarial; idade; sexo; estado civil

	Caraterísticas do empreendimento: Ramo de atividade; âmbito geográfico de atuação; números de empregados; tempo de funcionamento; forma jurídica
A ideia do negócio: Nesta categoria reúne a opinião dos empreendedores sobre a ideia do negócio, tais como, questões que possibilita entender se retrata de uma ideia inovadora.	Como surgiu a ideia: . Autoria da ideia; formação; influência sexual. Questões a analisar se retratando de uma ideia inovadora . Inserção de novos produtos/serviços . Inserção de novas técnicas de produção . Criação de novos mercados . Criação de novas fontes de matérias primas . Desenvolvimento de novas estruturas de mercado em uma indústria
Motivações para empreender esta categoria é formada pelas motivações que estimulam a constituição da empresa	realização de uma oportunidade de negócio; situação de desemprego; Vontade de realização; Autonomia/independência;
Obstáculos e desafio Nesta categoria a opinião dos empreendedores sobre as perspectivas que orientam as futuras no seu campo de atuação, as dificuldades enfrentadas na fase de criação do negócio	. As dificuldades enfrentadas à abertura da empresa no mercado são consideradas como desafios . Perspectivas futuras . Concelho/recomendações

Fonte :Elaborada própria

Com o quadro metodológico que instruiu a realização desta pesquisa, o capítulo seguinte é destinado a estudo prático.

Capítulo 5

5.1. Análise e Discussão dos resultados

Neste capítulo pretendemos analisar e discutir os resultados obtidos através do estudo prático. A análise reflete sobre as entrevistas realizadas tanto aos empreendedores como às instituições de apoio ao empreendedorismo.

Pessoas que empreendem criando o seu próprio negócio

De acordo com as entrevistas realizadas com as pessoas empreendedoras que constituem o nosso estudo, elaboramos um perfil empresarial através de quadro abaixo apresentado:

Nomes fictícios por ordem de entrevista	Idade anterior	Idade atual	Estado Civil	Experiência profissional	Primeira Empresa	Escolaridade
Pedro Barbosa	25	29	Solteiro	Sim	Sim	Licenciado
Carlos Lopes	31	35	Solteiro	Sim	Sim	Licenciado
Laura Delgado	25	26	Solteira	Sim	Sim	Licenciado

Fonte: elaboração própria

Desses 3 empreendedores que fizeram parte dessa pesquisa, como deve -se constatar são 2 jovens de sexo masculino e 1 do sexo feminino. São jovens com idade compreendida ente os 26 e os 35 anos, sendo 30 anos a média das idades.

Em relação ao estado civil, a situação pessoal dos 3 entrevistados é solteira.

Relativamente a experiência profissional e empresarial, todos os entrevistados já exerceram uma tanto atividade profissional e empresarial. O Carlos informou que continua exercendo uma atividade profissional, como gerente de um restaurante. O Pedro antes de criar a sua própria empresa trabalhou durante 1 ano no Núcleo Operacional da Sociedade de Informação (NOSI). A Laura também trabalhou como contabilista antes de criar a sua empresa.

Assim das 3 pessoas entrevistadas todos já tinham uma experiência profissional anterior, ou seja, o Pedro e a Laura trabalharam no mesmo setor no qual vieram criar a própria empresa. Já o Carlos ele é o único que exerce uma atividade profissional diferente da atividade da sua empresa. Neste caso os resultados demostram que a experiência profissional está muito interligada com abertura dos seus negócios, uma vez que a maioria dos entrevistados seguiram o mesmo ramo.

Quanto a escolaridade, os 3 entrevistados apresentam um elevado grau acadêmico, pois todos eles são licenciados. As áreas de estudo são diversificadas, sendo 1 de Engenharia de Computação, 1 de Administração e 1 de Contabilidade. Isto demonstra que quem empreende apresenta um alto nível acadêmico. Um outro ponto importante a destacar é que, verificamos que todos os entrevistados combinaram o curso com o ramo de atividade, isto é, eles trabalham no mesmo ramo das suas formações.

Baseado nas entrevistas apresentamos uma breve caracterização das empresas no seguinte quadro abaixo:

Nomes fíctios por ordem de entrevista	Tempo de Empresa	Forma Jurídica	Ramo de Atividade	Atuação	Nº de Empregados
Pedro Barbosa	4 anos	Por Quotas	Atividades de design, desenvolvimento software	ilha	5
Carlos Lopes	3 anos	Por Quota	Setor pesca	ilha	2
Laura Delgado	1 ano	Por Quota	Assistência ao negócio	1 Ilha	2

Fonte: Elaboração própria

As empresas foram criadas em 2013 a 2016. O negócio mais recente é de 1 ano, que corresponde a empresa com menos tempo de funcionamento. Todas as empresas detêm o estatuto de sociedade por quotas.

Quanto a atuação geográfica as empresas situam-se na ilha de Santiago. Em relação ao ramo de atividade, 2 empresas trabalham na área de prestação serviços e 1 empresa atua na atividade de pesca. No que se refere aos números de empregados, as empresas podem ser classificadas como microempresas, sendo que 2 empresas é composta 2 empregados e 1 com 5 empregados. (Instituto Nacional de estatista INE)*

A ideia do negócio

ideia de negócio dos entrevistados não teve nenhuma influência externa, isto é, coube a eles a ideia de criar o próprio negócio.

O Pedro tinha a sua ideia de negócio desde a sua formação, daí decidiu criar uma empresa na sua própria área. A ideia do Carlos apareceu a partir da experiência profissional que ele já tem e também das oportunidades que identificou no mercado.

A ideia da Laura estava formada a algum tempo. Essa ideia surgiu da escassez dos seus serviços no mercado.

Em relação a plano de negócio, dos 3 entrevistados 2 elaboram um plano negócio (Carlos e Laura), porém o Pedro optou por não elaborar um plano de negócio.

A respeito Pedro afirma “Não tivemos um plano de negócio, elaboramos um modelo de negócio que é algo muito mais simples, mais prático. Sou um defensor que

* Segundo a classificação do INE, são microempresas aquelas com 0 a 5 empregados; medias empresas, com 6 a 20; e grandes empresas, aquelas com um número superior a 21 empregado (Ministério da Qualificação e Emprego, 2008).

empresa não precisa de um plano de negócio para sua criação, mas sim no seu desenvolvimento. Acredito que na prática poucas pessoas começam com um plano de negócio a não ser um investimento muito grande, pessoas que já conhece mercado, e que já tem experiência”.

De acordo com literatura, o plano de negócios é um importante instrumento de planeamento/gestão, que aumenta as taxas de sobrevivência das novas empresas no mercado (LEITE, 2002; FERREIRA, SANTOS e SERRA, 2010; SARAIVA, 2011 apud CARVALHO,2002).

A formação de quem empreende desempenhou um papel importante na medida em que está relacionada com a área em que as empresas foram criadas, havendo uma unanimidade em sublinhar a importância da própria formação para a criação da empresa. Contudo, na percepção dos 3 não basta ter um nível de escolaridade elevado para uma pessoa criar uma empresa no ramo em que atua, evocando como modelo de referência empresários/as em Cabo Verde com baixo nível de escolaridade e que sobressaíram no mundo empresarial.

Em relação a questão do gênero os entrevistados consideram que tanto os homens como as mulheres estão em pé de igualdade. O Carlos declara que ser homem em determinadas áreas é uma vantagem, uma vez que a sua empresa atua no ramo da pesca. Para ele o facto de ser homem ajudou porque esta área ainda é dominada por homens.

No que tange a inovação, as entrevistas feitas demonstraram que houve inovação em todos os 3 entrevistados. O Pedro apostou na qualidade de prestação de serviço. “A ramo de designer levamos designers a outro nível. Cabo Verde não preocupam com a qualidade mais sim só com um preço baixo, isto é mais barrato. Isso é uma consequência de falta de dinheiro. Na nossa empresa englobamos o bom preço e a qualidade”.

O Carlos afirma que eles postaram na organização. “Não é fácil encontrar sistema de pesca organizado em Cabo Verde. Trouxemos uma empresa organizada, ou seja, temos um sistema de produção de pesca moderno na qual utilizamos um sistema e equipamentos inovador para fazer o mapeamento, isso são coisas que os pescadores mais antigo normalmente não utilizam.

A empresa da Laura garante inovação na questão de assistência “mercado cabo-verdiano necessita de assistência personalizada”.

Considerando a perspectiva de modificação na prestação de serviços, a análise da entrevista, leva a constatar que houve inovação por parte de quem empreende. Isto porque, a maioria das empresas criadas atuam no ramo dos serviços, em áreas que já

existe no mercado, entretanto com falhas na prestação de serviços. As empresas apostaram na mudança, no que tange a qualidade de serviços. Observamos, que houve melhoramentos em produtos e serviços. Estas modificações foram introduzidas com o objetivo da empresa se diferenciar, dar resposta às necessidades do mercado, dos clientes e trouxeram benefícios para o negócio a nível de produtividade. Em geral, a preocupação com a inovação esteve presente em todos os 3 casos analisados.

Motivações para empreender

São várias motivações que levaram ao surgimento da empresa, sendo uma delas realização de uma oportunidade de negócio. Esta motivação se encontra tanto no caso de Pedro como de Carlos. No caso da Laura, a necessidade de independência foi apresentada como umas das principais motivações para a criação da empresa. A Laura acrescentou ainda que empreendeu o negócio para ter a chance de aplicar as suas ideias em prática e colaborar para diminuição do desemprego.

No que refere ao sexo e nível de instrução os resultados revelam proporções semelhantes tanto para caso dos homens e quanto para caso da mulher.

Baseado nas informações das testemunhas, a necessidade pela independência representa tomar as suas decisões autonomamente, o desejo dessas pessoas de ter o controlo sobre as suas vidas, o que não seria possível quando se trabalha por conta de outrem. Esta situação também constituiu um incentivo para este grupo na procura do auto emprego.

Para Pedro e Carlos a necessidade de realização surge como principal motivação para a criação dos seus negócios. O Pedro já possui a experiência profissional no ramo no qual empreendeu e isso o ajudou muito na sua carreira empresarial. A Laura por sua vez apontou no seu depoimento que estava desempregada quando lançou a atividade empresarial. O seu depoimento demonstra que o auto emprego aumenta a sua motivação para trabalhar.

Com esses argumentos cabe destacar que as amostras apresentadas nestas pesquisas, três motivações principais nortearam a criação da empresa: a oportunidade de negócio, seguido da necessidade de independência e de realização.

Um dos motivos que pode explicar o facto da realização de uma oportunidade de negócio, elevar como a mais relevante motivação para quem empreende, pode estar associada com o grau de formação académica da pessoa.

Nessa pesquisa os participantes definem-se pelo alto grau de escolaridade, isso leva-nos a constatar que alto nível de formação acadêmica ajuda a possibilitar, habilidade e competência que permite a identificação de oportunidades de negócio.

Os apoios institucionais

Das 3 pessoas entrevistadas dois casos tiveram apoio institucional para o arranque e desenvolvimento do negócio, e apenas 1 caso iniciou o seu negócio sem nenhum tipo de apoio. O Pedro declara que tiveram apoio da ADEI na questão de incubação.” sempre fomos muito ligados a ADEI, quando resolvemos criar empresa fomos para ADEI a procura de incubadora. Depois participamos de um programa chamada Startup Weken, e fomos selecionados, a partir daí obtivemos a incubação. Tivemos apoio no que refere a questão de gestão de empresa, fomos beneficiados de Net work. A ADEI foi extremamente importante tanto na criação como no desenvolvimento da empresa.

No caso da Laura ela foi beneficiada do programa de incubadora da BIC, que também é uma instituição que trabalha em parceria com a ADEI. “Como nós atuamos na prestação de serviço não tínhamos necessidade de financiamento. Não precisávamos de muito investimento para prestarmos o nosso serviço, só precisávamos de um espaço para podermos nos situar, encontrar um lugar ideal e estratégico. Daí que resolvemos ir à procura de incubação na questão de espaço, mas tudo isso aconteceu antes de criarmos a empresa. Fizemos candidatura para a pré-incubação, mas quando fomos contemplados já tínhamos a empresa constituída a cerca de 1 mês no mercado.”

O Carlos por sua vez afirma que “Fui atrás de programas e apoios institucionais na ADEI, IFP, mas na época não foi fácil, porque me exigiram plano de negócio, e experiência.

Como tinha acabado de chegar no país, não consegui elaborar todos esses requisitos a tempo para participar do programa. Não tive nenhum tipo de financiamento, todo o dinheiro investido foi graça ao meu capital próprio”.

De uma forma geral, verificamos que apenas no caso de Carlos não teve apoio institucional para a criação e desenvolvimento do negócio. Não por desconhecimento ou por não ter procurado, mas devido à falta de requisitos para a candidatura. Apesar do insucesso das tentativas iniciais, Carlos hoje foi selecionado do programa Empreamar na qual se encontra inserido. Constata-se que, há quem tenha buscado apoio antes do início do negócio e, noutros casos, quem tenha procurado tanto antes como depois do negócio estar em funcionamento. Mas o que constatamos é que conseguiram apoio institucional depois da empresa já estar constituída e a funcionar no mercado.

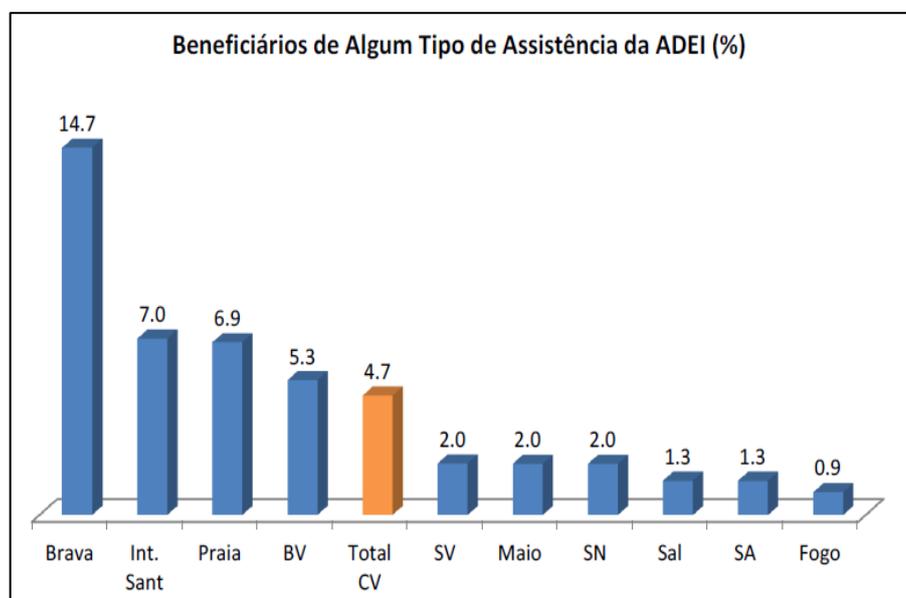
Em relação a financiamento no caso do Pedro eles investiram com o próprio capital. “Não tivemos interesse em financiamento. A ADEI até apresentou essa proposta mais não

aceitamos. Só um empreendedor louco que procura banco antes de implementar negócio, porque você não sabe se o seu negócio dará certo ou não, no entanto estas a fazer uma dívida que vais ter que pagar obrigatoriamente. O Carlos e a Laura eles também não obtiveram nenhum tipo de financiamento.

Observa-se que ADEI surge como a instituição mais indicada. Baseado na entrevista e no relatório de estudo de empreendedorismo em Cabo Verde (2014) os diferentes tipos de assistência prestados pela ADEI têm beneficiado muitas empresas dentro do universo empresarial cabo-verdiano.

Os dados do Relatório de Estudo de Empreendedorismo em Cabo Verde (2014) indicam que uma percentagem ínfima, 5% dos inquiridos assumiram ter recebido algum tipo de assistência da ADEI. As proporções mais elevadas foram assinaladas na ilha da Brava (15%), na Praia e no Interior de Santiago, com 7% e na Boa Vista (5%). As empresas localizadas no Fogo, no Sal e em Santo Antão mereceram menos atenção da ADEI no que a assistência diz respeito. Não se constataram nenhuma diferença na análise dos resultados segundo o sexo e o grupo etário. No entanto, numa observação dos dados de acordo com o nível de rendimento, notaram que os inquiridos cujos agregados têm um rendimento mensal superior a 150.000\$00 foram beneficiados em maior proporção pelas assistências da ADEI.

GRÁFICO 1

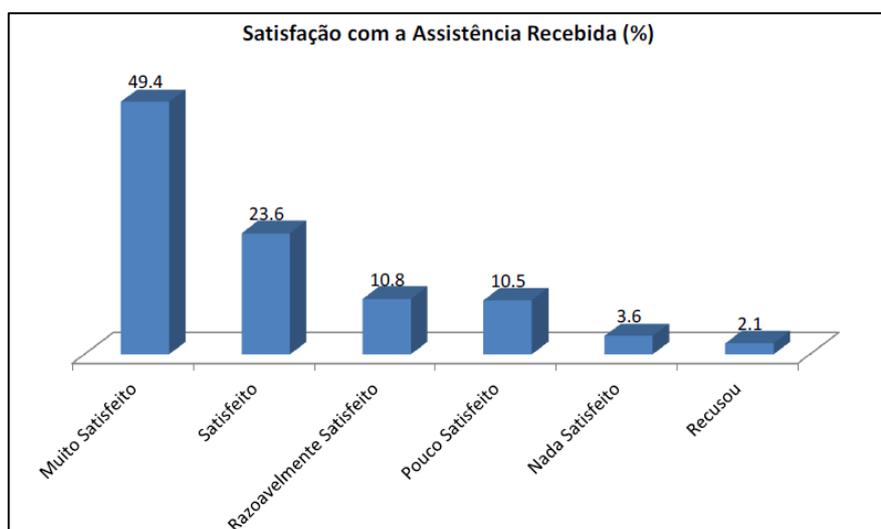


Entre aqueles que receberam algum tipo de assistência por parte da ADEI, a satisfação é notória com 73% a declararam-se satisfeitos/muito satisfeitos, especialmente

entre os beneficiários da Brava e do Maio (100%), do Interior de Santiago (89%) e da Praia (75%).

Somente 14% manifestaram a sua insatisfação, mas constituíram uma proporção considerável entre os favorecidos pela assistência no Fogo (50%), na Boa Vista (33%) e em S. Vicente (29%). Os indivíduos do sexo masculino, com a idade compreendida entre os 55 a 64 anos e provenientes de agregados familiares cujo rendimento mensal não ultrapassa os 75.000\$00, são aqueles que em maior proporção manifestaram o seu descontentamento com a assistência recebida.

GRÁFICO 2



Dos 3 participantes do estudo que receberam assistência por parte da ADEI, o (Pedro, Carlos e a Laura), afirmam estar satisfeito e contente com os resultados alcançados e que o negócio não teria avançado caso não tivessem tido esses apoios. Avaliam positivamente os serviços feito pelas instituições que exercem no ramo do empreendedorismo em Cabo Verde e declaram que as políticas criadas contribuem para desenvolver o empreendedorismo no país.

O apoio institucional, normalmente é conseguido no momento em que o negócio já funciona no mercado, no entanto não é visto como obrigatório à sua continuidade.

6. Conclusão

Com base nos resultados obtidos concluiu-se que, empreendedorismo é fundamental para o desenvolvimento econômico de um país, isto é, não haverá crescimento econômico sem que na sua base existam governantes empreendedores. É necessário promover o apoio dos líderes políticos, sociais e empresariais ao espírito empreendedor, lançar cada vez mais programas para alterar as atitudes vigentes na sociedade, fomentando assim uma cultura empreendedora.

Constatamos que na criação das empresas descobriram outras empresas no mercado que ofereciam mesmo produtos/serviços, mas mesmo assim, da parte de quem empreende há um grande interesse com o desenvolvimento próprio e com a implementação de melhorias, nos negócios, produtos, processos, assim como nas criações de cooperações, o cuidado com a qualidade e a satisfação dos clientes.

Observamos uma preocupação com a inserção de novos produtos/serviços, entretanto, esta preocupação associa-se à entrada em novos mercados e o estabelecimento de novas utilidades à atividade principal da empresa. Então, provamos que apesar das empresas criadas estarem ligadas aos seguimentos tradicionais do mercado (serviços e comércio), há uma preocupação com a inovação por parte dos empreendedores.

As empresas apostaram na mudança, no que tange a qualidade de serviços. Concluimos, que houve melhoramentos em produtos e serviços. Estas modificações foram introduzidas com o objetivo da empresa se diferenciar, dar resposta às necessidades do mercado, dos clientes e trouxeram benefícios para o negócio a nível de produtividade.

Percebe-se que ADEI surge como a instituição mais indicada, ela tem beneficiado muitas empresas dentro do universo empresarial cabo-verdiano. Verifica-se que Cabo Verde tem apostado muito no empreendedorismo tendo em conta inúmeros programas de apoio e incentivo existente. Conclui-se que os serviços feitos pelas instituições que exercem no ramo do empreendedorismo em Cabo Verde tem contribuído positivamente para desenvolver o empreendedorismo no país.

Acreditamos que este trabalho contribuirá para a compreensão de empreendedorismo em Cabo Verde, visto que existe uma carência do estudo sobre atividade empreendedora no país, principalmente quando o Estado é o principal objeto da pesquisa.

Referência Bibliográficas

ANDRADE; Carolina Riente; CHAGNAZAROFF; Ivam Beck. Gestão por competências no setor público? o caso dos empreendedores público do governo de minas gerais. Rio de Janeiro-2014.

Banco Mundial (2009) *Enterprise Surveys, Country Profile - Cabo Verde 2009*.

Banco Mundial (2012) *Doing Business, Country Profile - Cabo Verde 2012*.

Bryman, Alan.; Cramer, Duncan. (1993). *Análise de Dados em Ciências Sociais*, Oeiras: Celta Editora.

Baptista, José G; Ramalho, Joaquim S.; Silva, Jacinto V. (2006) —Understanding the microenterprise sector to design a tailor-made microfinance policy for Cape Verde||.

BORGES JR, Cândido et al. Políticas públicas de apoio ao empreendedorismo: análise de sua presença (ou ausência) em duas regiões turísticas do Estado de Goiás. **VI ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA. Bento Gonçalves/RS**, v. 19, 2014.

BOAVA, Macedo. Esboço para uma teoria tridimensional do empreendedorismo. In.: XXXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃOEM ADMINISTRAÇÃO. São Paulo, SP. 2009.

CARVALHO, vieira. Conceição empreendedorismo jovem em cabo verde: necessidades e oportunidades. Tese de mestrado

CORDEIRO, A. T.; MELLO, S.B.C. de. Rupturas, permanências e ressignificações na estrutura discursiva do empreendedorismo. In.: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Salvador, BA. 2006.

CARBONE, Pedro Paulo. Cultura organizacional do setor público brasileiro: desenvolvendo uma metodologia de gerenciamento da cultura. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 2, 2000.

CARBONE, Pedro Paulo. Os heróis do setor público: a teia cultural engolindo o empreendedor. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 3, p. 93-102, 1996.

COSTA; Francisco Araújo. Empreendedorismo: apresentação do empreendedorismo.9ed. Veronica de abreu amaral: São paulo, 2014. 455p.

DE PAIVA JUNIOR, Fernando Gomes; FERREIRA GUERRA, José Roberto. O EMPREENDEDORISMO COMO MARCO SOLIDÁRIO NA ESFERA DO DESENVOLVIMENTO. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 11, n. 2, 2011.

DE QUEIROZ MACHADO, Diego. O Segredo de Luísa: uma análise dos pressupostos teóricos relacionados ao empreendedor inovador. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 2, n. 2, p. 24-36, 2011.

DANJOU, I. L' entrepreneuriat: un champ fertile à la recherche de son unité. **Revue**

DORNELAS, José Carlos de Assis. Empreendedorismo Corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas: 2ª ed.

Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2003.A

DORNELAS, Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso: 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

DORNELAS, José Carlos de Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios: 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008 **Française de Gestion**.

FERRAS; Robson Paulo Ribeiro; LENZI; Fernando César; ESTEFANO; Silvio Roberto; RAMOS; Flavio. **Empreendedorismo Corporativo em Organizações Públicas: um Estudo em uma Universidade Pública**. Rio de Janeiro-2014.

FONCECA; Mariana Takeuchi. A importância do empreendedorismo na gestão pública.

FONTES FILHO, Joaquim Rubens. Governança organizacional aplicada ao setor público. In: **VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá**. 2003. p. 28-31.

Filion, Louis Jacques (1999) —Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios”. *Revista de Administração*

FUMAGALLI, Luiz André W. et al. Intraempreendedorismo: um estudo das relações entre cultura organizacional e a capacidade de empreender nas empresas. 2010.

Gil, António (1996) Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Editoras Atlas.

GUIMARÃES; Tomas de Aquino. A nova administração pública e a abordagem da competência. 2000.

Gaspar, Fernando (2009) *O processo empreendedor e a criação de empresas de sucesso*. Lisboa: Edições Sílabo

Leite, Emanuel (2002) O fenómeno do empreendedorismo: criando riquezas. Recife: Bagaço.

LOPES VALADARES, Josiel; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. A Incorporação do Empreendedorismo no Setor Público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. **Revista de ciências da administração**, v. 17, n. 41, 2015.

Ministério da Qualificação e Emprego (2008) Estudo diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde. http://www.governo.cv/documents/estudo_sobre_mercado_de_emprego.pdf.

Ministério das Finanças de Cabo Verde (2010) Cabo Verde: Plano Estratégico de Redução da Pobreza — Relatório de Seguimento.

Ministério das Finanças de Cabo Verde. Grandes Opções do Plano: 2006/2011. Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Finanças.

Ministério das Finanças e Administração Pública de Cabo Verde (2008) Documento sobre Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza em Cabo Verde.

MORRIS, M. H.; JONES, F. F. Entrepreneurship in established organizations: the case of the public sector. **Entrepreneurship Theory and Practice**,

OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo : como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. 7. ed. Brasília : MH Comunicações, 1995

Parreira, Pedro; Pereira, Francisco Costa; Brito, Nuno Vieira (2011) Empreendedorismo e motivações empresariais no ensino superior. Lisboa: Edições Sílabo.

SILVA, Anna Carolina Aguiar da. Perfil empreendedor: as principais características e os tipos de um empreendedor de sucesso. 2014.

SILVA, P. Empreendedorismo Social, o papel das IPSS: estudo de caso (Dessertação de Mestrado). **INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO, PORTO, PORTUGAL**, 2013.

Sousa; Jefferson Lindberght, PAIVA JUNIOR; Fernando Gomes. O Empreendedorismo no Setor público: A Ação empreendedora da Fundação Joaquim Nabuco. Vitória- 2013.

VALADARES; Jose Lopes, EMMENDOERFER; Magnus Luiz; SILVA; Gustavo Melo, SOARES, Érica Beranger Silva. Modernização da Administração Pública de Minas Gerais: Um Estudo Exploratório do Cargo de Empreendedor Público. Rio de Janeiro-2010.

Sites:

Disponível em:

<http://www.proempresa.cv/index.php/component/jdownloads/send/3-pro-empresa/9-estatuto-bo?Itemid=0> acessado 17/12/2017

Ministerio das Finanças-**Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021**

http://www.adei.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=54 acessado 17/12/2017

<http://www.ajec.org.cv/gew-2/> acessado 17/12/2017

<http://www.proempresa.cv/> acessado 17/12/2017

<http://www.empreamarcv.org/index.php> acessado 17/12/2017

https://books.google.com.br/books?id=r-q_AwAAQBAJ&pg=PA111&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false

<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/viewFile/1255/963>

http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_1117.pdf

<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/tipos-de-empendedorismo-semelhancas-e-diferencas/10993/>

<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/5375/1/20650723.pdf>

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Apresentação em Linhas Gerais:

- O estudo a realizar;
- Solicitar autorização para gravar a entrevista.
- Começar a gravar a entrevista indicando o local, a data e a hora

Identificação dos Entrevistado

- Idade anterior
- Idade atual
- Estado Civil
- Experiência Profissional
- Primeira Empresa
- Escolaridade

Identificação das Empresas

- Tempo Empresa
- Forma Jurídica
- Ramo de atividade
- Atuação
- N° de Empregados

PERGUNTAS ESPECÍFICAS

- 1- Quais motivos levaram você a tornar-se empreendedor?
- 2- Por que foram à procura de apoios institucionais?
- 3- Quais foram os principais obstáculos/dificuldades enfrentados?
- 4- Já possuía alguma experiência na área em que está atuando?
- 5- Os apoios institucionais tiveram maior relevância na fase de criação ou na fase de desenvolvimento?
- 6- Quais foram os apoios/contribuições que obtiveram das instituições
- 7- Quais são os resultados alcançados
- 8- Além de procurar instituições públicas, tiveste apoio de instituições privadas ou ONG?

- 9- Qual é objetivo da sua empresa?
- 10- Quem elaborou o seu plano de negócio?
- 11- O que a sua empresa tem de inovador?
- 12- Porque foi a procura de apoio institucional?
- 13- As perspectivas que orientam o futuro no seu campo de atuação?